



Voz Operária

Jornal da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes - www.cclcp.org - ANO 15 - N 19 - Fevereiro de 2013 - Contribuição: R\$ 2,00

SINDICALISMO DE ESTADO NO BRASIL

Entrevista com Armando Boito Júnior

p. 9-12



**2013: Ano novo, velhos ataques!
Governo intensifica retirada de direitos**

p. 2-4

A luta pela saúde pública

p. 6-8

**PL 2177 - O Código Nacional de Ciência,
Tecnologia e Inovação**

p. 5-6

**O sindicato fora do lugar e o
lugar do sindicato**

p. 13



**Escola
Luiz
Carlos
Prestes**

p. 14-15

**fórum
pela paz
na Colômbia:**

Justiça social, Democracia e Soberania



p. 8

24, 25 e 26 de Maio-2013-Porto Alegre



Ano novo, velhos ataques!

Governo intensifica retirada de direitos

Quando “a esperança venceu o medo”, ou seja, quando Lula chegou à presidência da República em 2003, havia sim a esperança de que os anos nefastos de Collor e FHC tivessem ficado para trás. Havia a esperança de mudança na política econômica ditada pelo FMI; havia esperança no fim da financeirização da economia; havia esperança no combate aos transgênicos; havia esperança na efetivação da reforma agrária, com democratização do acesso a terra; havia esperança no fim da privatização do Estado brasileiro. Mas, sobretudo, havia sim a esperança de que os direitos sociais estariam protegidos dos ataques de governos subservientes aos ditames do capital.

Collor abriu o caminho da privatização do Estado, da desregulamentação e financeirização da economia. Sua política econômica provocou uma brutal reestruturação produtiva, levando à desindustrialização inúmeros setores e ao aumento do desemprego. Quem conseguiu permanecer no emprego vivenciou a intensificação dos ritmos da produção e aumento da jornada de trabalho, além de amargar o achatamento salarial.

Com o Plano Real, FHC deu o primeiro passo a total abertura do mercado brasileiro ao capital internacional. Seguiu a política de desregulamentação de Collor reduzindo drasticamente o investimento estatal, dilapidando o patrimônio público através de fraudulentas privatizações. Não só leilou à preço de banana empresas estratégicas para a soberania nacional como sucateou os serviços públicos atacando os direitos sociais, apresentados ora como “privilégios”, ora como “injustiças”, mas sempre colocados como “financeiramente inviáveis”. A redução dos investimentos nas políticas sociais voltadas para a massa trabalhadora, e seu consequente sucateamento, forneceu os argumentos que FHC precisava para justificar seu ataque, notadamente à Previdência.

A contrarreforma da Previdência de FHC, em 1998, alterou a forma de contagem do tempo de aposentadoria. O tempo de trabalho foi substituído pelo tempo de contribuição, obrigando os trabalhadores a comprovarem que de fato trabalharam e contribuíram. Antes a prova cabia aos patrões. Posteriormente, FHC criou o fator previdenciário, uma regra matemática que diminui o valor do benefício, quanto mais jovem o trabalhador ou trabalhadora alcança o tempo para se aposentar, prejudicando aqueles que começaram a trabalhar muito jovens. Mudou também as regras para a concessão da aposentadoria especial, prejudicando os trabalhadores de áreas perigosas e insalubres, além dos professores, que na prática perderam o direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Mais nefasto que o prolongamento do tempo de trabalho, foi a adesão do então presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Vicentinho, ao projeto de FHC. Seu apoio garantiu a desmobilização dos trabalhadores.

Ricardo Antunes registrou suas impressões:

“O país da Era FHC é hoje socialmente devastado, Desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo das transnacionais que frequentemente se apoderam dos recursos públicos dos estados, (...). Um país cujos índices de criminalidade nos inserem em uma guerra civil despolitizada, conduzida pela criminalidade e pelo narcotráfico, num subsolo social adocicado pelo coro das Igrejas Universais de um universo desencontrado e socialmente destruído”¹.

O primeiro ano de mandato do filho do Brasil – nordestino/retirante/operário – logo frustrou aqueles que alimentavam perspectivas de mudanças. O acordo firmado por Lula com o capital estrangeiro com o sugestivo nome de “Carta ao Povo Brasileiro” não tardou em ser cobrado. O governo Lula protagonizou o desmonte do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Sua contrarreforma abriu caminho para a privatização da previdência, com a instituição do teto para os benefícios e a criação da previdência complementar. Lula definiu em lei que obrigatoriamente um agente financeiro deve participar da constituição desses fundos, criando um mercado gigantesco para os banqueiros explorarem.

Além disso, a reforma de Lula estabeleceu a taxação de inativos (aposentados e pensionistas), definiu uma idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos vinculando-a com o tempo de contribuição, o rebaixamento dos valores das pensões e o fim da paridade e integralidade dos vencimentos dos servidores frente aos salários dos colegas da ativa.

Para aprovar a reforma, Lula acionou os mecanismos clientelistas tradicionais da política brasileira: compra de votos com cargos no governo e nas empresas estatais e com pagamento em dinheiro vivo – o “MENSALÃO”. Para vergar a resistência dos servidores públicos, contou com o total apoio da CUT. Seu primeiro presidente, Jair Meneguelli, foi à imprensa defender a reforma. A direção da CUT defendeu a instituição de um teto previdenciário e consequentemente a criação das aposentadorias complementares em substituição a aposentadoria integral. Assim como o governo, também a CUT não debateu o tema com sua base. Ao contrário, optou por participar do fórum tripartite constituído pelo governo e composto em sua maioria por grandes empresários devedores da previdência, ao mesmo tempo em que se colocava abertamente contra a greve nacional dos servidores públicos federais deflagrada contra aquela reforma.

Surpreendente foi o argumento utilizado para acelerar sua aprovação: era preciso acabar com o privilégio dos servidores. Mirando nos SPF acabou por abrir caminho para depois atacar também os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada. E essa foi a tática do governo, dividir os trabalhadores do setor público e do privado para avançar na retirada de direitos.

Era a História se repetindo como farsa. Passados dez anos do maior ataque a classe trabalhadora, vindo de um presidente operário, chegou a vez da presidente mulher, ex-militante de esquerda que lutou contra a Ditadura Militar preparar seus ataques.

Desde quando assumiu, Dilma vem tentando conter os efeitos da crise capitalista com expressivos cortes no orçamento das áreas sociais (50bi em 2011 – sendo 3,2 da Educação – e 55bi em 2012 – sendo 5bi da Saúde) e desonera-

ção da folha de pagamento para os empresários, zerando a contribuição previdenciária de alguns setores da indústria através do pacote de medidas econômicas chamado “Plano Brasil Maior”. Até 2016, empresários de 40 setores estarão liberados da sua contribuição de 20% à previdência. Em 2013, a perda da receita para a previdência será de 12 bilhões de reais. Em quatro anos serão 60 bi. Trata-se do maior ataque aos recursos da previdência pública. É o argumento que o governo e a mídia burguesa precisam para promover seus novos ataques à Previdência Pública que, com certeza, virão. Favorecida, a burguesia agradece. Em nota oficial sobre o pacote “Brasil Maior”, o presidente da FIESP disse: “Toda desoneração é bem vinda” (FIESP. 2012). O objetivo principal é diminuir os custos de produção e, toda vez que a burguesia fala em custo, sabemos muito bem a quem e a o que ela se refere.

Mas os ataques não param por aí! O Congresso Nacional estuda novas mudanças na Previdência e entre seus principais pontos está a ampliação da idade mínima para 65 anos, fim da diferenciação por sexo, idade e categoria profissional – o que configura um novo ataque ao magistério –, e fim da vinculação com o salário mínimo e o

estabelecimento de um teto previdenciário e previdência complementar – o que significa que quem quiser se aposentar com proventos maiores do que aqueles estabelecidos pelo teto do regime geral terá que pagar aos fundos de pensão.

Os servidores públicos federais foram os primeiros a amargar esta derrota. No ano passado o governo Dilma aprovou a criação da Fundação Nacional de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP que passará a vigorar a partir de fevereiro deste ano. A Funpresp estabelece um teto máximo de R\$ 3,9 mil por mês pelo qual o servidor se aposenta e, para receber na aposentadoria o mesmo que recebia na ativa (caso seja superior ao teto do INSS), o servidor terá de contribuir para a Fundação.

Até 2016, empresários de 40 setores estarão liberados da sua contribuição de 20% à previdência. Em 2013, a perda da receita para a previdência será de 12 bilhões de reais. Em quatro anos serão 60 bi.





O quadro abaixo mostra as principais propostas de alteração da Previdência:

Dispositivo	Como é hoje	Proposta novos entrantes
Aposentadoria por idade	Carência: 15 anos. Idade: 65 anos (homem); 60 anos (mulher).	Carência: 25 anos. Idade: 65 anos (homem e mulher).
Aposentadoria por tempo de contribuição	Sem idade mínima. Contribuição: 35 anos (homem); 30 anos (mulher).	Idade: 60 anos (homem e mulher). Contribuição: 35 anos.
Pensões por morte	Não há restrições.	Imposição de condicionalidades que reflitam o grau de dependência do cônjuge ou parceiro sobrevivente e filhos.
BPC assistência social	Valor vinculado ao salário mínimo. Idade: 65 anos.	Fim da vinculação ao mínimo. Valor inferior ao do piso previdenciário. Atualização pela inflação passada. Idade: 70 anos.
Piso previdência social	Valor vinculado ao salário mínimo	Fim da vinculação ao mínimo. Atualização pela inflação passada.
Diferença por sexo, setor e categoria profissional	Diferencial de menos 5 anos na idade e tempo de contribuição para: mulher; professor em sala de aula; trabalhador rural.	Fim do diferencial.
Previdência do servidor público	Não regulamentada.	Regulamentação. Instituição da previdência complementar

Fonte: Centro de Estudos da Consultoria do Senado

O objetivo central das contrarreformas da previdência é garantir o lucro do capital em tempos de crise. A privatização da Previdência promovida por FHC (1998) e Lula (2003), movimentou só no 1º semestre de 2012 um mercado de 33 bilhões de reais. É o mercado que mais cresce. No mesmo período cresceu 32%. É esse dinheiro, extorquido dos trabalhadores, que os fundos usam para movimentar o capital fictício das bolsas de valores. E quando estas quebram, são os trabalhadores os primeiros a ficarem desamparados. Nos EUA, de setembro de 1983 a julho de 2002, as falências de fundos de pensão chegaram a 500 bilhões de dólares².

Desde 1998, com a primeira reforma da previdência de FHC, os argumentos são os mesmos: acabar com “privilégios”; acabar com o “déficit”; e seguir a “tendência mundial”. Mas na França, mesmo em crise, o novo presidente que derrotou o direitista Sarkozy, François Hollande, diminuiu a idade da aposentadoria de 62 para 60 anos. Na Bolívia, Evo Morales diminuiu de 60 para 58 anos e 56 para as atividades insalubres. Porém, o avanço mais significativo em relação à legislação trabalhista se operou na Venezuela. Às vésperas do 1º de Maio de 2012, o presidente Hugo Chávez promulgou a nova Lei Orgânica do Trabalho. “A reforma foi formulada a partir de mais de 19 mil propostas, em sua grande maioria proveniente de sindicatos e outras organizações de trabalhadores. Entre as principais novidades da nova lei, conhecida como LOT, estão a volta da retroatividade da previdência social, que garantiria

os benefícios com base no último salário, o pagamento de indenização dobrada em caso de demissões injustificadas, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o fim da terceirização no ambiente de trabalho”.

Em contradição com os governos progressistas na América Latina, o Brasil, governado por um partido que se denomina “dos Trabalhadores”, que teve como presidente um líder operário, assume a agenda

para avançar nas conquista será preciso antes derrotar os atuais ataques e superar a crise enfrentada pelo sindicalismo brasileiro marcada, entre outras coisas, pelo total atrelamento da CUT à ordem e ao governo.

do grande capital e impõe a retirada de direitos como medida fundamental para salvar os capitalistas da bancarrota.

A nova contrarreforma da Previdência impõe ao movimento sindical a retomada com força e consequência da velha bandeira da redução da jornada de trabalho e do tempo de trabalho. A prolongação do tempo de trabalho, experimentada desde a primeira reforma, acarreta em aumento do desemprego. Mas, mais do que isso, acarreta em perda de tempo e espaços de sociabilidade humana. Marx observou que “o tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela

absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente embrutecida, para produzir riqueza alheia”. A luta pela redução da jornada e do tempo de trabalho torna-se cada vez mais fundamental para o desenvolvimento humano. Mas para avançar nas conquista será preciso antes derrotar os atuais ataques e superar a crise

enfrentada pelo sindicalismo brasileiro marcada, entre outras coisas, pelo total atrelamento da CUT à ordem e ao governo.

Nas reformas de FHC e Lula, a CUT foi o instrumento desmobilizador da massa trabalhadora. A luta contra este novo ataque terá que ser articulada por fora e contra a CUT. Mas principalmente contra um governo que registra um alto índice de aprovação popular. Qualquer setor minimamente comprometido com os interesses dos trabalhadores não pode se calar diante desta barbárie. É o silêncio das Centrais governistas que tem garantido o sono tranquilo dos governos petistas e – entre outros elementos – seus altos índices de aprovação. ➤

Com pretexto de modernizar legislação trabalhista, sindicato Cutista, empresários e governo querem flexibilizar direitos

Em setembro de 2011, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, berço do novo sindicalismo nos anos 1980, protagonista na criação da CUT e, ainda hoje filiado a esta central, apresentou uma proposta para resolução de conflitos entre patrões e empregados relacionados a salário, jornada e condições de trabalho, denominada “Acordo Coletivo Especial”. Trata-se de um projeto de lei que privilegia a negociação coletiva e pretende garantir a um sindicato profissional e a uma empresa do setor econômico correspondente, estipular, com segurança jurídica, condições específicas de trabalho.

O discurso apresentado na cartilha elaborada pelo sindicato para convencer os trabalhadores a aceitar tal proposta, é o mesmo vivenciado nas contrarreformas de FHC e Lula: a necessidade de modernizar as relações de trabalho.

Trata-se na verdade de mais uma tentativa de flexibilizar a legislação protetora do trabalho. Ao mesmo tempo em que ataca os direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores e garantidos pela CLT, resgata, no que diz respeito à organização sindical brasileira criada por Vargas em 1931, o seu principal fundamento, a colaboração de classes. Partem da ilusão de uma burguesia passiva e esquecem que essa mesma burguesia sempre buscou travar toda e qualquer iniciativa governamental que pretendesse regulamentar o trabalho, desde o salário até a jornada e condições de trabalho.

Ao invés de avançar na consolidação de direitos e na livre organização dos trabalhadores, prega a total desregulamentação do trabalho ao mesmo tempo em que perpetua a intervenção do Estado no movimento sindical. De acordo com o projeto, com base numa lei, o Estado passa a exercer o papel de organizador do sistema e fiador da representatividade sindical, definindo qual sindicato representará os trabalhadores além de promover o equilíbrio das partes e assegurar que a negociação coletiva em determinadas situações seja promovida.

estamos diante de um profundo processo de substituição do legislativo pelo negociado. A flexibilização da legislação proposta tanto pelo sindicato dos metalúrgicos quanto pela CNI significa na prática a substituição de uma legislação universal, garantidora de direitos, por uma “legislação” focalizada

Outro ponto importante de tal proposta é o ataque ao sindicato de base. Se este se recusar a celebrar o Acordo Coletivo Especial, uma entidade superior, (federação, confederação ou central) poderá assiná-lo em seu lugar. Esse ataque à autonomia dos sindicatos de base já figurava como proposta na contrarreforma sindical apresentada por Lula em 2003. ▶



Fontes:

¹ ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 46.

² COGGIOLA, Osvaldo. A Falência Mundial dos Fundos de Pensão. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br>



No que diz respeito à Organização por Local de Trabalho e às práticas antissindicais do patronato brasileiro, a proposta confunde a legislação sindical com a legislação protetora do trabalho e atribui a esta os malefícios do controle estatal sobre os sindicatos.

Qualquer proposta que pretenda modificar a legislação trabalhista deve antes se preocupar em superar o atrelamento dos sindicatos ao Estado garantindo a mais ampla liberdade de organização aos trabalhadores. Estes é que devem escolher qual sindicato os representa. O presente projeto, ao contrário, fortalece o vínculo entre sindicato e Estado e reforça a fragmentação das negociações coletivas por empresas, esvaziando o movimento sindical de qualquer conteúdo político mais agressivo e de pautas mais gerais para o conjunto da massa trabalhadora, fortalecendo o particularismo corporativista.

Em total sintonia com a proposta de “Acordo Coletivo Especial” apresentado pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC, a Confederação Nacional da Indústria, órgão que representa os industriais do país apresentou ao Congresso Nacional, no final de 2012, o documento “101 propostas para modernização trabalhista”. Assim como o primeiro, a proposta da CNI pretende valorizar a negociação coletiva. Mas por trás desta iniciativa esconde-se uma série de ataques a direitos há muito consagrados na CLT.

Em síntese, o documento da CNI propõe: criação de espaços individuais de negociação; estabelecimento do trabalho em regime de tempo parcial; contratação de pessoa física para prestação de serviço eventual, quando não existentes as características legais de vínculo empregatício. Estas medidas caracterizam um profundo processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho. Se acatadas pelo Congresso, o trabalhador passa a ser responsabilizado pela sua contratação, tendo que arcar com as despesas e também pela negociação acerca das condições de venda da sua força de trabalho.

A CNI propõe ainda que o deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho não seja considerado tempo à disposição do empregador como ocorre hoje. Essa medida afetará principalmente os trabalhadores em frigoríficos, onde as portarias onde se bate o cartão ficam distantes dos locais de trabalho. Propõe também a revogação do regime de sobreaviso; propõe a extinção do salário-mínimo regional e dos pisos salariais estaduais. Propõe a revogação do intervalo de descanso de 15 minutos para mulheres antes da jornada extraordinária (artigo 384 da CLT). Propõe o fracionamento de férias em três períodos anuais para todos os empregados; a extinção da multa adicional de 10% sobre o FGTS nos casos de demissão sem justa causa; a redução de jornada com consequente redução de salário de modo a permitir ajustes em tempos de mudanças e dificuldades.

Essas são apenas algumas das medidas apresentadas pelos empresários da Indústria. O conjunto das 101 propostas reforça o caráter da burguesia em relação à legislação protetora do trabalho. Ela não só mantém sua posição contrária a toda e qualquer política de direito social e de proteção ao trabalho, como tenta, de todas as formas, acabar com elas.

Seja através da proposta do “Acordo Coletivo Especial” ou das intenções dos industriais, estamos diante de um profundo processo de substituição do legislado pelo negociado. A flexibilização da legislação proposta tanto pelo sindicato dos metalúrgicos quanto pela CNI significa na prática a substituição de uma legislação universal, garantidora de direitos, por uma “legislação” focalizada, ou, o que é pior, por um acordo individual ou coletivo por empresa.

As experiências, sobretudo da década de 1990, de negociações coletivas e das câmaras tripartites impostas pelos empresários, deixaram um saldo negativo. Fragmentação das negociações e abandono das greves gerais e até mesmo por categoria, substituídas em grande medida pelas greves por empresas. Tal situação serviu de justificativa ideológica para o sindicalismo dito “propositivo”, de resultados, “cidadão” que via na negociação a possibilidade de manter os empregos ameaçados com a reestruturação produtiva, mesmo que para isso aceitassem perder alguns direitos. Essa é a experiência do sindicato dos metalúrgicos do ABC.

Nos acordos firmados na década de 1990 entre este sindicato e as grandes montadoras de automóveis – reivindicados como modelos de negociação coletiva – os trabalhadores amargaram o aumento do controle empresari-



al sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas extras não remuneradas – banco de horas); redução de salários, política de incentivo às demissões e fechamento de postos (via planos de demissão voluntária). “Ao fim do período de vigência do acordo, o desemprego [principal justificativa para participar das negociações nas câmaras setoriais] continuava a crescer nas montadoras do ABC. A produtividade do trabalho e o lucro das empresas, entretanto, foram multiplicados muitas vezes”¹.

A “modernização” que interessa aos trabalhadores passa pela garantia da sua livre organização aplicando a convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.

O sindicalismo hegemônico pela CUT e todas as demais centrais alinhadas a Estrutura Sindical se adequou à ordem e aceitou as determinações das negociações nos marcos do que o capital impõe. É um sindicalismo que não luta mais contra a flexibilização da legislação trabalhista. Ao contrário. É co-autor! Assume para si as propostas patronais. A “modernização” não é um imperativo sem o qual o

Brasil amargará índices medíocres de crescimento econômico como vem demonstrando na última década. A “modernização” serviu de argumento para privatizar as principais empresas estratégicas da nação. Serviu de argumento para terceirizar postos de trabalho; serviu de argumento para atacar a previdência e, agora, usá-la, para justificar a retirada de direitos.

A “modernização” que interessa aos trabalhadores passa pela garantia da sua livre organização aplicando a convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.

A superação desse estado de coisas passa pelo fortalecimento dos sindicatos de base, mas passa também pela superação da forma de organização dos sindicatos no Brasil, ou seja, da Estrutura Sindical que atrela os sindicatos ao Estado e legaliza a intervenção naquilo que deveria ser um instrumento autônomo e independente de luta e organização da classe operária para impor suas reivindicações mais sentidas e imediatas ao patronato, mas também para travar a luta pelo fim da exploração capitalista e construção de uma nova sociedade onde o fruto do trabalho pertença a quem trabalha. ➤

Fonte:
¹ MATOS, M. B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 142.



Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: projeto para ampliar a dependência e a privatização

Após o Código Florestal, com comissão constituída no Congresso Nacional, o PL 2177 caso aprovado, ampliará a entrega do patrimônio brasileiro aos grandes grupos monopolistas privados

A ciência e tecnologia com o advento do capitalismo monopolista tem se tornado cada vez mais estratégica para a manutenção do processo reprodutivo do capital e de expansão do mercado. Através da criação de novos produtos e processos inovadores com a tecnologia aplicada à produção, o capital tem usado o conhecimento para ampliar a gama e a velocidade de circulação de mercadorias bem como o ritmo do trabalho, como meio de ampliação da exploração. O resultado é que a produção da ciência e tecnologia tem como fim o lucro e não a satisfação das necessidades humanas.

Acontece que, como dizia Einstein, “a ciência não pode criar fins” (Em: *Por que o socialismo?*), ou seja, quem o faz são os seres humanos. Mas não são fins de neutralidade, ou de desenvolvimento “auto-justificado”, mas sim interesses que refletem posições antagônicas de classe, ou no atual momento de crise civilizatória: posições que variam entre o potencial destrutivo do capital em escala global – que se encontra em uma crise estrutural – e os interesses da humanidade em sua sobrevivência. O desenvolvimento científico e tecnológico não é capaz de *em si* resolver os graves problemas da humanidade. Não faltam exemplos de como as grandes potências econômicas, militares e políticas o usam na destruição extensiva de biomas, genocídios em massa, manutenção do desemprego estrutural (trocando trabalho vivo por maquinário sem diminuição de jornada de trabalho), ampliação das fronteiras agrícolas voltadas ao agronegócio, transgênicos sem consequências previsíveis, entre muitos outros exemplos.

É essa a marca do Projeto de Lei 2177 – o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em tramitação na Câmara de Deputados e no Senado Federal desde Agosto de 2011. Resultado de uma ampla coalizão, que inclui partidos da base aliada ao governo federal e da “oposição” (assinam a proposição deputados do PT, PSDB, PSB, PR, PDT, PMDB e PPS), a elaboração do PL levou em consideração a contribuição de Fundações de direito privado de todo o país, há décadas empenhadas em ampliar a intervenção da iniciativa privada no interior

das instituições públicas. Trata-se de uma iniciativa orquestrada pelo bloco de poder dominante em nosso país – formado pelo imperialismo, monopólios e latifúndio – e que visa ser implementada como uma regulamentação geral na área, após vários testes feitos com leis parciais, especialmente a Lei de Inovação tecnológica (lei 10.973), aprovada em 2004 pelo Governo Lula.

Recurso e patrimônio público para a iniciativa privada

Incapaz de arcar com os custos da construção de uma infra-estrutura para produzir conhecimento de ponta, os monopólios nacionais e estrangeiros pretendem deixar esse ônus para o poder público, se apropriando do bônus do seu resultado. Segundo o PL, ficaria assegurado ao poder público (União, Estados, Distrito Federal, Municípios, agências de fomento) a realização de cooperação envolvendo empresas privadas nacionais e internacionais e instituições públicas e privadas *com fins lucrativos*, além do desenvolvimento de produtos e processos inovadores em entidades de ciência e tecnologia *com fins lucrativos* mediante a *concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infra-estrutura*. Trata-se de algo novo, não discriminado explicitamente nas legislações anteriores. Os recursos públicos poderiam ainda financiar ações de empreendedorismo tecnológico, ambientes de inovação, incubadoras, parques tecnológicos, criação de centros de pesquisa em empresas nacionais e estrangeiras, além de cobrir custos com instrumentos, equipamentos, imóveis, construções, consultorias e serviços para as instituições privadas. Mas não só será permitida a transferência direta de recursos públicos para o setor privado, como se ampliará a possibilidade das instituições públicas – como as universidades, responsáveis por mais de 90% da produção científica do país – compartilharem seus laboratórios, equipamentos, materiais e instalações com empresas privadas, inclusive transnacionais.

Mas não só a estrutura é entregue ao setor privado. O PL 2177 também reforça o papel de gestão da política científica e tecnológica empreendida pelas Fundações privadas no interior das universidades e

institutos, além de deliberar pela criação do suspeito “Núcleo de Inovação Tecnológica”, o qual não possui nenhum tipo de classificação ou definição de formas de escolha de seus membros de funcionamento, podendo se tornar em mais uma estrutura para burlar os mecanismos sociais de controle em prol das necessidades mercadológicas.

Outra questão séria referente à entrega do patrimônio brasileiro aos monopólios privados é o que diz respeito ao “acesso à biodiversidade”. Pelo PL, será permitido *independente de autorização prévia*, o acesso ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de pesquisa. Também será permitido, mediante autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, a extração do patrimônio para fins de produção e comercialização.

Maior desigualdade entre instituições públicas

Há muito o movimento em defesa da educação tem defendido um padrão unitário de qualidade em nível nacional das instituições de ensino superior. Sabe-se que o caminho dominante tem sido no sentido inverso: o reforço da lógica desigual das instituições em nível nacional. Desse modo, com a recente expansão de matrículas no ensino superior brasileiro, algumas poucas universidades e áreas do conhecimento têm recebido o rótulo de “centro de excelência”, enquanto a grande maioria cai na lógica da certificação massiva de diplomas em um universo de ensino de baixa qualidade, uma escola de terceiro grau ou ensino pós-médio, como tem sido chamado.

Com o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação será firmado o ensino de baixa qualidade como estrutural. Uma das razões é a mudança na lógica da carreira do docente do ensino superior. Há uma aproximação da condição do docente-pesquisador da condição de docente-empresário. Ficará assegurado ao docente se afastar das atividades de ensino para constituir empresa, bem como colaborar com outras entidades privadas, já que a lógica para a reposição da perda salarial dos últimos anos não estará na luta coletiva, mas na participação na comercialização dos resultados de pesquisa, bem como em consultorias privadas, prestação de serviços, etc. Mas cabe ressaltar que esse “privilegio” será para poucos: primeiro, o recebimento de verbas estará subordinado à lógica da privatização e do alcance de resultados em produtos vendáveis, o que será possível somente para as instituições ou centros de ensino com uma estrutura laboratorial já montada, adquirida com recurso público em anos de tradição em pesquisa; segundo, nem todas as áreas do conhecimento são passíveis de produção imediata de “produtos e processos inovadores”. Não é difícil de concluir que as áreas da educação, das ciências humanas, da filosofia, as licenciaturas em geral, entre outras, serão relegadas ao rol dos “primos-pobres” da produção de conhecimento. Caso esse processo se concretize, estará montada também uma profunda cisão interna na categoria de



docentes: por um lado, uma ampla massa com contratos temporários, precarizados, sem possibilidade de realização de pesquisa e extensão; por outro, um número reduzido de docentes empresários, para os quais os ganhos auferidos no processo de venda do conhecimento tornam os salários fixos quase dispensáveis.

Financiamento privado, patentes e produção destrutiva

A desresponsabilização do Estado no financiamento da ciência e tecnologia é mais uma consequência previsível. Tivemos, nos 2 últimos anos, cortes no orçamento de 50 e 55 bilhões, que somente entre os anos 2010 e 2011 fizeram cair 16,2% o orçamento para a pasta de ciência e tecnologia.

Embora entre os anos de 2006 à 2011 tenha havido um crescimento real no orçamento para a área, esse permaneceu na marca de 0,27% do orçamento da União. No mesmo período, no entanto, a parte do orçamento federal destinado para pagamento de juros e amortizações da dívida cresceu de 36,7 para 45,05%. Na verdade o controle do processo produtivo na área de ciência e tecnologia está sendo entregue ao capital financeiro, já que com a crise do capital se aprofundando, será difícil manter as mesmas taxas de incentivo. Assim, aponta-se a captação de recursos privados como alternativa, através da transferência de tecnologia e do patenteamento privado de pesquisas. Nesta mesma lógica, da apropriação privada dos resultados da pesquisa permite a sua não publicização, ou seja, reforça o monopólio privado do conhecimento que, sendo aplicado à produção, é também força produtiva, o que faz dele mais um instrumento de dominação.

A pesquisa científica e tecnológica se torna desta maneira auto-referenciada, voltada a sua própria expansão lucrativa e acumulação de capital, onde o retorno financeiro passa a ser a própria medida na qualificação da produção de conhecimento. Temos aqui uma clara aproximação das categorias “útil” e “vendável”. É a subordinação do valor-de-uso ao valor-de-troca. A finalidade do lucro afasta a ciência e a tecnologia da satisfação das necessidades humanas, e inclusive a coloca na esteira da produção destrutiva do capital: a própria indústria da guerra se tornou um dos mais importantes polos de “inovações” e diante da necessidade de maior circulação possível de mercadorias, a pesquisa científica tem sido colocada a serviço da chamada “obsolescên-



Reunido em Goiânia (Novembro de 2012), Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular debateu o tema.



cia planejada”, onde a diminuição do tempo de vida útil de bens duráveis e o desperdício crônico são vitais para a sobrevivência do modo de produção.

Organizar a luta

Trata-se de um projeto ainda em tramitação, com a comissão especial recém-formada. Alguns setores interessados na privatização já deram a deixa de que apesar de a “desburocratização” ser a justificativa do projeto, ele ainda contém muitas “amarras”. Todavia, sobre os princípios do PL há pleno acordo entre eles. Para tirar as demais “amarras” haverá uma mobilização dos setores privatistas, razão pela qual a tramitação deve prolongar até que se apresentem emendas (alguns falam da elaboração de um projeto substitutivo). De qualquer modo, as cartas foram lançadas, e as intenções dos grupos privados são claras: desobstruir os canais que, de uma forma ou de outra, ainda vedam a completa entrega da infraestrutura pública e dos recursos públicos às necessidades do imperialismo, dos monopólios e do latifúndio para as áreas de ciência, tecnologia e inovação.

A Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP) compõe o *Grupo de Trabalho Nacional de Universidade Popular* – criado a partir do 1º Seminário Nacional de Universidade Popular (SENUP) – que já deliberou pela produção de um material crítico sobre o assunto, em conjunto com uma campanha para que a produção do conhecimento seja direcionada às reais necessidades do povo em

É necessário lutar contra o PL 2177 e as várias formas que ele possa vir a assumir. A verba pública deve ser destinada à educação e pesquisa pública, revitalizando as bandeiras históricas do movimento.

consonância com um projeto político que vise a ruptura com o bloco de poder dominante, abrindo caminho para a construção de uma sociedade socialista. É fundamental que seja visto a importância estratégica da questão científica e tecnológica. Se não o fosse, a classe dominante não estaria mexendo suas peças para formulação de um marco regulatório geral que atenda plenamente seus interesses.

É necessário lutar contra o PL 2177 e as várias formas que ele possa vir a assumir. A verba pública deve ser destinada à educação e pesquisa pública, revitalizando as bandeiras históricas do movimento. É uma luta de todos os trabalhadores e do povo em geral: caso ele seja aprovado, o já baixo financiamento público destinado a projetos de pesquisa, extensão e ensino que tenham por finalidade contribuir com a reforma agrária, com a habitação popular e com a mobilidade e reforma urbana, com saneamento básico, com a saúde pública e a reforma sanitária, com a educação popular e alfabetização, enfim, com todos aqueles projetos que de alguma forma representam os anseios políticos dos setores explorados e oprimidos – e que, por sua vez, representam um caminho para o acúmulo de forças e articulação entre esses setores – será uma realidade cada vez mais distante. Os projetos críticos, criadores e populares existentes terão cada vez mais dificuldade de sobreviverem, pois estarão competindo com a lógica do negócio, para o qual não foram e não devem ser criados.

Barrar essas intenções e seus projetos deverá ser a tarefa imediata. Mas não podemos parar por aí: devemos aliar essa luta – que é *defensiva* – a uma *nova orientação programática* para a ciência e tecnologia que tenha como eixo de reflexão e ação os interesses e necessidades dos setores explorados e oprimidos pelo imperialismo, monopólios e pelo latifúndio, desatando uma dinâmica social que permita a formação de um bloco de forças sociais proletárias e populares apto a edificar uma nova ordem social. ➤

A luta pela saúde pública



Fotos do Seminário Catarinense em Defesa do SUS e Contra as Privatizações, que reuniu cerca de 600 pessoas em Florianópolis. Abaixo: mesa com Simone Hagemann (SindSaúde/SC), Sara Granemann (UFRJ), Clair Castilhos Coelho (Professora aposentada da UFSC)

No conjunto de sucateamento da vida do povo, a saúde pública não fica de fora. Não é a toa que aumentaram muito, nos últimos anos, as críticas ao serviço público de saúde. Nada a se estranhar: nos tempos atuais, tudo é submetido à exploração do lucro e à lógica do mercado. Desde a década de 90 esse processo tem se intensificado para todos os serviços públicos. Inclusive na saúde, por que não? No Brasil, a saúde faturou em 2010 mais de 190 bilhões de reais. Daí se entende a necessidade constante de desconstruir este serviço público.

Para entender melhor a necessidade de desconstrução do SUS é necessário compreendermos que o SUS é um “osso de galinha entalado na garganta da burguesia”, defensora do projeto de estado-mínimo para o povo e máximo para o capital. Afinal, se analisarmos os repetidos problemas (filas, precarização, demora no atendimento, falta de profissionais) podemos realmente ser convencidos de que o problema é o sistema.

Acontece que o SUS foi sim uma grande conquista do povo que se organizou na década de 70 e 80 no movimento pela reforma sanitária. Graças a esse movimento é que foi criado na Constituição Federal o capítulo da seguridade social, que garante a saúde como um direito de todos e como um dever do Estado. Antes disso, só tinha acesso aos serviços públicos de saúde quem tinha carteira assinada. O restante da população ficava à mercê das instituições de caridade e a filantropia ligada à igreja.

A reforma sanitária defende até hoje um sistema de saúde Universal, ou seja, que seja para todos os brasileiros, independente da cor, raça, religião ou classe social. E que seja de qualidade.

O SUS propõe um novo *modelo de atenção*, o que é muito mais que um serviço simplesmente, por isso se chama Sistema Único de Saúde. Esse modelo de atenção deveria ter reorganizado a saúde no Brasil, com prioridade para as ações de prevenção das doenças e promoção da saúde e da qualidade de vida, para que ao longo dos anos o país ficasse menos dependente dos serviços médicos de *alta complexidade* (menos medicamentos, menos exames, menos cirurgias).

É difícil para muitas pessoas conceberem o SUS como um sistema, pois há muito tempo a população tem sido educada no modelo *médico* de atenção, que as vicia no profissional médico e em

medicamentos, levando-as ao imediatismo. Não é a toa que as pessoas buscam os serviços de saúde sempre com a ânsia de resolver seu problema antes de todos os outros, como se fosse mais urgente. E querem resolver unicamente através de medicamentos. Desse conjunto estão excluídos os modos saudáveis de vida, o que muitas vezes são mais eficientes do que os próprios medicamentos. Afinal, de que adianta tomar quilos de anti-inflamatórios (e, junto, muitos medicamentos para proteger o estômago) se no dia-a-dia o trabalhador continua fazendo mais do que seria adequado para uma vida saudável?

atenção primária não dá lucro para o complexo médico hospitalar e para a indústria farmacêutica



Esse sistema foi pensado, proposto e reivindicado pelo movimento da reforma sanitária e calçado em alguns princípios fundamentais:

1. **Acesso universal:** a porta de entrada é livre e gratuita a *todos* os brasileiros. Antes do SUS só tinha acesso a serviços de saúde quem contribuía com o extinto Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Imaginemos se hoje isso seria possível, sendo que 50% da população brasileira trabalha na informalidade - metade da população não teria acesso.
2. **Integralidade na atenção:** o cidadão deve ser atendido em todas as suas necessidades. Isso vai contra o modelo médico que enxerga meramente a doença. O SUS também remete a saúde a outros condicionantes como o meio ambiente, trabalho, alimentação, lazer, etc.
3. **Participação popular:** usuário pode influenciar na organização dos serviços através dos conselhos de saúde (local, municipal, estadual e nacional) e nas conferências de saúde. São nesses espaços de participação popular que a política de saúde é definida. São espaços inovadores do ponto de vista da Constituição Federal e acima dos gestores.
4. **Equidade:** atenção de acordo com a necessidade de cada local.

Ainda quando o movimento pela reforma sanitária pensou um modelo de atenção e não simplesmente um serviço, também pensou algumas premissas, fundamentadas na *atenção primária*, que deveria resolver 85% de toda sua demanda. 10% seria encaminhado para a *atenção secundária* (média complexidade) e 5% para a *atenção terciária* (alta complexidade). Para isso, uma ampla rede de atenção, com referência e contrarreferência. Esses preceitos mexem diretamente com a alocação dos recursos, sendo a atenção primária infinitamente mais barata para os cofres públicos. Portanto, atenção primária não dá lucro para o complexo médico hospitalar e para a indústria farmacêutica.

Mas não é só isso: dizer que a atenção primária deve resolver 85% de sua demanda significa que esse percentual da população deveria ter seus problemas de saúde resolvidos perto de sua casa, nos postos de saúde, com menos medicamentos, menos exames, menos idas ao hospital, menos doença! Enfim, mais qualidade de vida, pois exige o trabalho de promoção de saúde de toda uma equipe interdisciplinar o



que evita que as pessoas fiquem doentes.

Em um sistema que funciona, a porta de entrada principal do sistema são as unidades locais de saúde.

Para atingir todas essas premissas, a saúde precisa ter a ligação com outras áreas do dia-a-dia. São o que o movimento pela reforma sanitária chamou de *determinantes sociais do processo saúde-doença*, ou seja, pra ter saúde, o cidadão precisa também de alimentação, moradia, lazer, educação e segurança de qualidade.

Assim, a reforma sanitária pressupunha um novo modelo de sociedade. Isso explica porque existe a necessidade de se destruir o SUS. Afinal, efetivar o SUS significa mexer diretamente nos interesses da burguesia que necessita precarizar a vida para concentrar o lucro na mão de poucos.

Está muito claro que o SUS até hoje não conseguiu inverter essa lógica de atendimento e que a busca pela atenção de média e alta complexidade ainda predominam. Tão óbvio também é o fato de que isso não interessa ao capital. Isso a história nos prova: no bojo das contrarreformas do governo FHC na década de 90, o SUS foi abortado antes mesmo de vingar.

a reforma sanitária pressupunha um novo modelo de sociedade. Isso explica porque existe a necessidade de se destruir o SUS. Afinal, efetivar o SUS significa mexer diretamente nos interesses da burguesia

Para o movimento pela reforma sanitária essas contrarreformas foram nefastas, pois aprofundaram o papel do Estado brasileiro como mero fiscalizador, enquanto os serviços poderiam ser responsabilidade de terceiros.

A desculpa por traz dessas ditas reformas seria a ineficiência "natural" do Estado, que ele estaria inchado, criando um senso comum de que os serviços privados seriam melhores e só a iniciativa privada seria capaz de oferecer menor custo e mais agilidade ao setor. Esses conceitos estão presentes na mentalidade da população até hoje. Há vários modelos novos de gestão que atuam nesse sentido, como as Organizações Sociais (OS's) e a mais nova aberração do governo do PT, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Esses novos modelos vem pra nos dizer que o modelo que temos – o SUS – não funciona e que precisa ser substituído pela iniciativa privada.

Outro fator importante é a desarticulação do movimento sindical na década de 90 e nos anos 2000. Com a pulverização das centrais sindicais após a traição da CUT, os trabalhadores se fragmentaram, o que levou ao enfraquecimento de suas lutas. Assim, a classe trabalhadora abandona a defesa da saúde pública, a ponto de reivindicar plano de saúde privado em suas pautas.

O sucateamento somado à falta de resistência é que nos traz à realidade de hoje: um SUS pobre para os pobres!

Os novos modelos de gestão do SUS

Tanto as OS's quanto a EBSERH vêm sendo apresentadas como a salvação da saúde. Ambas são empresas privadas que recebem dinheiro público (o montante necessário para a execução do contrato, não importando quanto), com autonomia total para decidir sobre o serviço. Elas decidem sobre as vagas, compra de materiais, contratação de pessoal, abrindo as portas para todas as formas de clientelismos possíveis.

Em São Paulo, um levantamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) provou que um mesmo cateter que era comprado através de licitação por R\$ 0,55, custava para uma OS R\$ 2,55. Também outro estudo do TCE mostrou que nas OS's de São Paulo a mortalidade geral é maior e o número de funcionários por leito é menor que nos hospitais gerenciados pelo estado.

O caso de Santa Catarina

Em Santa Catarina temos atualmente 6 unidades que foram entregues para as OS's - Hemosc, Cepon, Hospital Infantil de Joinville, Araranguá, Hospital Regional de São Miguel d'Oeste, serviço de humanização do Hospital Regional de Joinville. Recentemente ocorreu o processo de entrega do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

(SAMU), que foi negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, o estado não cumpre a normativa, preferindo respeitar uma decisão em primeira instância no município de Joinville. Essas unidades citadas acima recebem muita verba pública, que não passa pela fiscalização do SUS. No caso do Cepon, há cerca de um mês foi liberado mais de 15 milhões para a construção de novas alas em Florianópolis, uma construção que já se arrasta por mais de 10 anos e nunca se viu prestação de contas. Também na radioterapia do Cepon, que foi toda construída com verba pública ocorre atendimento a pacientes privados, mesmo a fila para os pacientes do SUS chegando a mais de 30 dias.

Exemplo de que as OS's são mais caras para o poder público é o próprio caso do SAMU, que recebeu em 2011 pouco mais de 20 milhões de verba pública e ao passar para o controle da OS, recebeu mais de 85 milhões por ano, totalizando mais de 421 milhões de verba pública em cinco anos de contrato.

O controle social não tem interferência nos contratos e decisões das unidades gerenciadas pelas OS's. Em Joinville, a OS que administra o Hospital Infantil fechou no mês de maio de 2012 a ala de queimados com a justificativa de que não dava lucro (isso afirmado pelo superintendente dos hospitais), provando o real compromisso dessas empresas. Também nesse hospital não são fornecidas as fraldas, coisa que não ocorre no Hospital Infantil Joana de Gusmão em Florianópolis, este 100% público e que possui hoje o único serviço de atendimento a queimados em pediatria do estado.

A EBSERH

A mesma natureza possui a EBSERH, proposta do governo federal para os Hospitais Universitários, com o agravante de ser uma empresa privada criada pelo próprio governo, com a mesma autonomia para contratação de pessoal e gerenciamento dos serviços que as OS's possuem.

Em Santa Catarina, EBSERH ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Universitário, o que coloca para o movimento popular a tarefa de barrar a privatização do HU. Infelizmente em algumas universidades a realidade não é a mesma: 4 universidades já firmaram contrato de gestão de seus HUs com a EBSERH - UnB, UFPI, UFTM, UFMA. Outras 14 devem assinar nos próximos meses, segundo informação que consta do site da empresa. 8 aprovaram no Conselho Universitário (UnB, UFPI, UFBA, UFMT, UFAM, UFPEL, UFRN, UFSM) enquanto 2 rejeitaram (UFPR e UFCCG).

E o SUS pode dar certo?

Em muitos lugares é possível vermos o potencial que o SUS tem. Nos postos de saúde, por exemplo, as gestantes

recebem no mínimo sete consultas até o nascimento da criança e recebem gratuitamente todos os exames. Depois do nascimento a criança é acompanhada mensalmente até um ano e de dois em dois meses até dois anos, recebem a primeira visita após o parto e auxílio na amamentação. Idosos, diabéticos, hipertensos são acompanhados periodicamente. Mulheres fazem prevenção de câncer de colo de útero e de mama e se necessário são encaminhadas para exames mais complexos. Casais recebem auxílio no planejamento familiar. Sem contar as visitas domiciliares, vacinas, interação com a comunidade.

Não negamos os problemas do SUS, não se trata disso, mas se mesmo com baixo investimento a população já tem todos esses serviços, imaginemos como seria se tivéssemos mais comprometimento com a saúde. O Brasil, desde a criação do SUS teve a taxa de mortalidade infantil diminuída pela metade. Temos o maior sistema de transplante de órgãos do mundo. Nosso país é o único com mais de 100 milhões de habitantes que possui um sistema universal de saúde. Isso nos faz perceber todo o potencial que tem um modelo universal de atenção à saúde e a diferença entre este e um convênio médico privado. Convênio privado nenhum faz isso.

Seria possível um modelo de atenção como o SUS dar certo em nosso país?

A experiência de Cuba nos responde que sim. Um país dez vezes menor e mais pobre que o Brasil, com indicadores de saúde infinitamente melhores. Um sistema organizado por bairro e com uma forte atenção primária, em conjunto com uma série de fatores co-determinantes, como o incentivo a hábitos saudáveis de vida, com ampla oferta de cultura, lazer e esportes.

Para o SUS ser realmente um modelo de atenção universal e integral à saúde é necessário em primeiro lugar o resgate da luta da reforma sanitária, é preciso mais financiamento público e gestão coerente que reorganize o modelo de atenção para a atenção básica e que garanta acesso universal e de qualidade a toda a população.

Mas o maior remédio é ainda o resgate da unidade da classe trabalhadora em torno de antigas bandeiras, como uma vida digna, que inclui saúde, educação, segurança, lazer, cultura, alimentação saudável. Mais do que isso, que essas bandeiras se configurem em luta real e articulada com a população e os movimentos populares.

Defendemos os princípios do movimento pela reforma sanitária e afirmamos que o SUS é possível sim e deve ser reivindicado e defendido. Mais do que isso, o SUS é cada vez mais necessário para o estabelecimento de vida digna e saúde plena para os cidadãos. ►



Greve dos trabalhadores da saúde no final de 2012 unificou os trabalhadores em SC.



A CCLCP compõe a diretoria do SindSaúde-SC, sindicato que representa os servidores públicos do estado e que convocou no início de 2012 todas as entidades e lutadores para se unirem na luta em defesa do SUS. A partir disso foi criado o Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra as privatizações, alinhado à Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. O Sindicato também esteve a frente de uma greve histórica que unificou a classe trabalhadora catarinense.

O fórum se reúne periodicamente e já foram realizados diversos debates e mobilizações com o objetivo de divulgar a reforma sanitária, organizar e unificar a luta pela efetivação da saúde 100% pública, estatal e de qualidade. Foram organizados diversos seminários regionais e um seminário estadual que contou com a presença de cerca 600 participantes.

Sabemos que é um desafio imenso, mas também temos a consciência que precisamos ser protagonistas. A vitória completa do sistema público de saúde só será possível se estiver alicerçada sobre uma nova ordem social, livre da exploração, e que organize o povo sobre princípios socialistas.

Santa Catarina também foi escolhida para sediar o IV Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde nos dias 8 e 9 de Junho de 2013.

Estamos empenhados em fortalecer os fóruns estaduais e a Frente Nacional, buscando avançar nas mobilizações, unificando todos os trabalhadores, do campo e da cidade e os movimentos populares em prol dessa causa que é de todo o povo. ➤

Para mais informações, visite os blogs:

Fórum catarinense:

<http://forumcatarinense.blogspot.com.br/>

Blog da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde:

<http://www.contraprivatizacao.com.br/>

Defender o SUS, defender a vida!



Assembleia dos trabalhadores da saúde em SC, Novembro de 2012

Bandeiras do Fórum

- * Defesa incondicional do SUS público, estatal, gratuito, universal e de qualidade;
- * Gestão pública e direta de todas as unidades de saúde de Santa Catarina, com a devolução imediata das unidades já privatizadas;
- * Defesa do concurso público, como uma garantia de carreira digna na saúde e da qualidade de atendimento da população;
- * Por mais recursos para a saúde pública;
- * Revogação das Leis de Incentivo às Organizações Sociais em Santa Catarina;
- * Contra as fundações estatais de direito privado e a EBSERH. Defesa do Sistema Único de Saúde como único

- modelo de atenção à saúde capaz de oferecer atendimento integral, gratuito e universal à população;
- * Pela efetivação do controle social democrático;
- * Pela redemocratização das Conferências de Saúde nas três esferas de governo, permitindo o acesso de todos;
- * Contra a precarização do trabalho, pelo fim da Desvinculação das Receitas da União - DRU;
- * Contra todas as formas de privatização da rede pública de serviços: OS's, OSCIPs, Fundações Estatais de Direito Privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, etc.;
- * Por uma sociedade justa, plena de vida, sem discriminação de gênero, etnia, raça, orientação sexual, sem divisão em classes sociais!

INTERNACIONAL

Lançamento do Comitê Brasileiro Organizador do Fórum pela Paz na Colômbia

Com sucesso foi lançado no dia 24 de Janeiro de 2013 na cidade de São Paulo o Comitê Organizador do Fórum pela Paz na Colômbia.

Este Fórum acontecerá na cidade de Porto Alegre, no próximo mês de maio, nos dias 24, 25 e 26, e é uma iniciativa das mais de 2000 organizações populares e políticas colombianas. Ele tem como objetivo reunir as experiências, produções acadêmicas, culturais, artísticas dos lutadores pela paz, pelos direitos humanos e pela democracia de nossa América com vistas a ajudar o movimento social colombiano a ampliar a mobilização popular pela busca de acordos legítimos para a resolução das causas sociais do conflito armado. Neste sentido, o Fórum é de suma importância, pois contribuirá com a participação social no desenvolvimento dos diálogos de paz entre o governo e as FARC-EP, que atualmente se realizam na cidade de Havana, Cuba.

O Fórum dentro do marco de debate da Paz da Colômbia propõe três eixos transversais: a) Justiça Social; B) Democracia; C) Soberania. Desses três eixos se desdobram em grupos temáticos com capacidade de acolher a multiplicidade de experiências e contribuições dos diversos sujeitos sociais em torno da temática e na relação da paz da Colômbia e seus efeitos

para os povos de América Latina.

Neste lançamento do Comitê Organizador do Fórum contamos com a participação de diversas forças do cenário brasileiro, como partidos e organizações políticas, movimentos sociais e centrais sindicais, a saber: Agenda Colômbia Brasil, Associação Cultural José Martí - RS, Casa América Latina, Cebrapaz/Conselho Mundial de Paz, ECLA, UJC, UJS, Juventude LibRe, Juventude Comunista Avançando - JCA, JPT, Alba dos Movimentos Sociais, Coletivo de mulheres Ana Montenegro, Encontro nossa América, Marcha das Mulheres, MST, MOPAT, Refundação Comunista, Consulta Popular, Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes - CCLCP, PSOL, PCR, FOS, PCB, PACOCOL, PCdoB, CTB-FSM, Unidade Classista e CUT-Brasil. Também estiveram presentes o Deputado estadual: Adriano Diogo - PT e o vereador Toninho Vespoli - PSOL. Somado a este importante respaldo contamos com um comitê de apoio no âmbito parlamentar em Brasília. Mesmo sem fazer presença confirmaram a participação e apoio neste comitê o movimento das Mães de Maio, Brigadas Populares - RJ, Plenária de movimentos sociais de Rio de Janeiro, o centro de educação, estudos e pesquisa - CEEP, o Núcleo Piratininga de Comunicação - NPC, CPERS Núcleo 39, Comitê de Solidariedade ao Povo Colombiano e CMP



(Central de Movimentos Populares).

Do lado colombiano participaram os representantes da Marcha Patriótica no Brasil: Mauricio Aviles (Porto Alegre), Carolina Ojeda Marulanda (São Paulo), Sergio Quintero Londoño (Rio de Janeiro) e Javier Calderón, integrante da comissão internacional do MMP e membro do grupo Colombianos e Colombianas pela Paz.

Nesta importante reunião se definiram quatro comissões de trabalho para a construção do fórum: comunicação, finanças, logística e política. Simultaneamente também se conformaram comitês de apoio na Argentina, Uruguai, Chile, Equador

e Venezuela. Definiu-se também que os comitês do Brasil e Colômbia terão a responsabilidade de tomar as decisões sobre a organização do Fórum pela Paz na Colômbia e do desenvolvimento da metodologia. Além disso, outras iniciativas poderão apoiar essa elaboração coletiva.

A convocatória continua aberta ao conjunto das organizações, movimentos populares, partidos políticos e em geral à sociedade brasileira para participar desta iniciativa de construção com férreas intenções de uma América latina do tamanho de nossos sonhos, justa, democrática e soberana. ➤



SINDICALISMO DE ESTADO NO BRASIL

Entrevista com Armando Boito Júnior



1. Voz Operária: Como caracterizar a estrutura Sindical Brasileira? Quais são os seus elementos principais?

Armando Boito Jr.: Deixe-me começar por uma advertência teórica.

Nós vamos falar da instituição sindical brasileira. Ora, algumas tradições marxistas têm por orientação ignorar a importância das instituições políticas e menosprezar o debate sobre a instituição sindical. Isso porque imaginam que apenas a economia determina a prática dos agentes sociais. Supõem que a instituição sindical, seja qual for a sua estrutura organizacional, pode comportar qualquer linha política. Tudo dependeria, única e tão somente, de quem ocupa a direção do sindicato. Essa não é, certamente, a posição teórica de Marx e de Lênin.

Marx mostrou que a organização institucional do Estado capitalista é imprópria para o exercício do poder operário e analisou o que ele denominou a forma institucional própria do poder operário em suas reflexões sobre a Comuna de Paris de 1871. Para Lênin, em suas análises consagradas no livro *O que fazer?*, a forma institucional de organização do partido operário está indissolivelmente ligada ao seu caráter reformista (organização frouxa) ou revolucionário (centralismo democrático). Pois bem, os marxistas brasileiros deveriam seguir essa tradição teórica e refletir mais sobre a forma da nossa organização sindical, forma essa que foi implantada em nosso país na década de 1930 e que, passando por modificações, persiste, no essencial, até os dias de hoje.

Feita essa advertência, entremos no miolo da sua pergunta. A estrutura sindical brasileira é uma instituição integrada ao Estado capitalista graças a alguns

mecanismos legais e organizativos que se reproduzem graças à determinada ideologia. A integração ao Estado possibilita que o sindicato possa viver distante dos trabalhadores ou – em casos extremos e que são muitos – até separado da sua base. A dependência do sindicato diante do Estado tem como contrapartida sua independência diante dos trabalhadores. Quais são os principais mecanismos dessa estrutura sindical?

O seu elemento central é a necessidade de que o Estado – seja por intermédio de um Ministério, seja por intermédio do judiciário – reconheça uma organização como sindicato para que essa organização possa funcionar como tal, isto é,

“O seu elemento central [da estrutura sindical] é a necessidade de que o Estado (...) reconheça uma organização como sindicato para que essa organização possa funcionar como tal”

para que possa negociar condições de trabalho e salário com o empregador. Outros elementos importantes da estrutura são a unicidade sindical, por intermédio da qual a representação sindical oficial é concedida em regime de monopólio para um sindicato representar um determinado segmento dos trabalhadores numa determinada base geográfica, e a capacidade legal, que o Estado outorga ao sindicato, de ele impor contribuições aos trabalhadores associados e não associados. O reconhecimento oficial do Estado é o elemento de base da integração,

sem ele os demais não poderiam existir. Contudo, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias são elementos muito importantes de controle do aparelho sindical pelo Estado. É esse tipo de estrutura que, como já disse, integra o sindicato ao Estado e, num mesmo movimento, afasta-o dos trabalhadores.

2. VO: A intervenção do Estado na vida sindical também não seria parte da estrutura sindical?

ABJ: Sim, faz parte. Eu me referi aos elementos centrais da estrutura sindical. São esses elementos que possibilitam essas intervenções todas. Vou dar alguns exemplos: a organização por categoria, a intromissão do Estado nas finanças do sindicato, o poder de tutela do Estado sobre as eleições sindicais e, inclusive, o seu poder de destituir e de constituir as diretorias dos sindicatos oficiais.

O dinheiro do sindicato é proveniente de impostos ou contribuições assegurados pelo Estado. É claro, portanto, que o Estado pode tutelar o uso desse dinheiro. No Brasil, os sindicatos estão proibidos de repassar fundos financeiros para candidaturas que queiram apoiar. Veja o contraste com a situação britânica. Lá, como sabemos, se trata do tradeunionismo, um sindicalismo reformista. No entanto, foram esses sindicatos que criaram o Labour Party, um partido operário reformista responsável pela implantação do Estado de bem-estar no Reino Unido. Esse partido e os seus candidatos eram sustentados pelos sindicatos – hoje, a situação mudou. Logo no início do século XX, a justiça tentou impedir esse esquema. Os sindicatos britânicos se rebelaram, fizeram campanha por todo o país e a justiça teve de recuar. Aqui no Brasil, tanto reformistas quanto revolucionários

Entrevista exclusiva de Novembro de 2012 concedida ao *Jornal Voz Operária*, órgão central da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP), após a realização do curso *Sindicalismo de Estado no Brasil* ministrado pelo professor e promovido pela Escola Luiz Carlos Prestes no ano de 2012.

Armando Boito Jr. é professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista*. É autor de *O sindicalismo de Estado no Brasil – uma análise crítica da estrutura sindical* (São Paulo e Campinas, coedição Editora Hucitec e Editora da Unicamp, 1991) e de *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (São Paulo, Editora Xamã, 2002).

aceitam a interdição da justiça burguesa e não repassam, a não ser clandestinamente, fundos sindicais para partidos e candidatos. O Estado pode tutelar porque é ele que garante esses fundos e os sindicalistas são realistas: sabem que se não se curvarem, poderão perder os fundos financeiros propiciados pelo Estado.

A imposição de organização por categoria é outro tipo de intervenção e é uma intervenção que estimula o corporativismo. Por que não se parte para uma organização em outras bases? Teve um tempo em que a CUT falou muito em organização por ramo. Por que não implementam isso? Porque,

“Se é o Estado quem deve dizer qual é o único sindicato que representa uma determinada categoria numa determinada base territorial, é claro que tal capacidade já lhe confere o poder de destituição de uma diretoria”

não sendo permitido pela legislação, nenhum sindicalista vai fazê-lo pois isso significaria cair na ilegalidade sindical e perder as supostas vantagens conferidas pela estrutura.

São os elementos centrais da estrutura que estão por trás, também, do papel das DRTs e da justiça nas eleições sindicais e na capacidade do Estado de destituir e nomear direções. Esse é, poderíamos dizer, mais um efeito da estrutura que a estrutura ela mesma. Se é o Estado quem deve dizer qual é o único sindicato que

representa uma determinada categoria numa determinada base territorial, é claro que tal capacidade já lhe confere o poder de destituição de uma diretoria que tenha utilizado de maneira ilegal o poder que o Estado lhe conferiu e de constituição de diretorias, isto é, de nomear interventores em situação de crise. Em períodos de ditadura ou de aumento da repressão, os governos utilizam esses recursos de maneira massiva e ostensiva; nos períodos democráticos, esse recurso é usado molecularmente e, muitas vezes, por solicitação dos próprios dirigentes sindicais que pretendem ocupar o lugar dos dirigentes rivais. E o curioso é que mesmo os dirigentes que se dizem contra a estrutura sindical também têm esse tipo de prática.

Com ou sem estatuto padrão, na estrutura sindical, o Estado está sempre presente, das formas mais variadas e nas situações as mais diversas, condicionando, tutelando, intervindo na vida sindical. Se você procurar, por trás de cada intervenção autoritária do Estado sempre encontrará a investidura, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias: esses elementos são a base de tudo.

3. VO: Quando se fala em eliminar ou acabar com a estrutura sindical, do que é que estamos falando?

ABJ: Estamos falando de substituir o sindicato atual por um sindicato de outro tipo que seja ligado às massas trabalhadoras, dependente dela para se legitimar como órgão representativo e para se sustentar financeiramente. Numa estrutura sindical desse tipo, não pode haver unicidade sindical, isto é, não será o Estado quem irá conferir ao sindicato o título de representante (em regime de monopólio) deste ou daquele segmento de trabalhadores e não



poderá haver, tampouco, contribuições sindicais obrigatórias, impostas por lei, e que se impõem a todos os trabalhadores independentemente da vontade desses. Teríamos uma situação de direito ao irrestrito pluralismo sindical, isto é, de liberdade de organização sindical. Numa situação como essa, a capacidade do Estado de intervir na vida sindical seria fortemente reduzida; principalmente, o Estado perderia sua capacidade de destituir e nomear dirigentes sindicais, como se fez tantas vezes na história do Brasil, como decisão unilateral de regimes ditatoriais, e como se faz ainda hoje, numa situação de democracia, quando o Judiciário intervém nos sindicatos para arbitrar disputas de base e de eleições entre correntes sindicais rivais. Numa situação como essa, as correntes atuantes no sindicalismo teriam de mostrar, na prática, a sua representatividade e ter capacidade política para arrecadar fundos sindicais junto aos trabalhadores. O foco da atuação dos sindicalistas seria a massa trabalhadora e nunca os corredores do Ministério do Trabalho ou do Poder Judiciário. Numa situação como essa, as

“Se você procurar, por trás de cada intervenção autoritária do Estado sempre encontrará a investidora, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias: esses elementos são a base de tudo”

direções fazem a luta de ideias, de propostas e de linha de atuação e os trabalhadores escolhem, selecionam, permitem que algumas prosperem e condenam outras à decadência. Nos países onde há liberdade sindical, a tendência é a de o número de sindicatos ser muito menor que aquele existente no Brasil. Os sindicalistas somam forças para criar e consolidar grandes sindicatos e podem lutar para implantar e consolidar um sindicato unitário, sem romper, contudo, com o direito ao pluralismo e sem pretender, portanto, voltar à situação de unicidade. Unidade e unicidade sindical são coisas muito diferentes. No Brasil, os movimentos populares os mais variados funcionam e atuam dessa maneira – movimento camponês, movimento por moradia, movimento estudantil e, até, uma boa parte do movimento sindical dos funcionários públicos. Por que é que somente o movimento sindical não poderia funcionar a agir assim? Por que é que apenas o sindicato precisaria da tutela do Estado?

4. VO: Na sua opinião, quais são as principais implicações dessa estrutura para o movimento sindical?

ABJ: Essa instituição sindical desestimula a participação ativa do trabalhador e pode, no limite, viver e se reproduzir sem associados – e temos muitos exemplos de sindicatos no Brasil que se encontram próximos dessa situação. Essa estrutura alimenta uma concepção pequeno-burguesa do Estado, como entidade promotora e

protetora da organização dos trabalhadores, em vez de mostrar aos trabalhadores que eles devem contar com a sua própria força.

Os estudos sobre sindicalismo no Brasil, que são muitos e, talvez, representem uma das áreas de pesquisa em que mais se conhecem estudos de casos específicos, esses estudos mostram a existência, desde a década de 1930 e até o presente, de um padrão de organização e de luta sindical que desestimula a participação dos trabalhadores. Lênin dizia que o sindicalismo pode ser uma escola de guerra ou de socialismo; pois bem, no Brasil ele deseduca politicamente os trabalhadores. No Brasil, em muitos aspectos, é o Estado capitalista que desempenha, para o sindicato, a função que os partidos social-democratas e comunistas desempenharam e desempenham para o sindicato: ser uma referência política legítima para orientar a vida sindical. É verdade que o sindicato de Estado pode até estimular a luta contra os empregadores, mas estimula, pela sua própria estrutura organizativa (reconhecimento, unicidade e impostos) e pelo funcionamento daí decorrente (intervenção multifacetada e permanente do Estado na vida sindical), a ilusão frente ao Estado capitalista e interpõe, por isso, uma muralha da China entre a luta reivindicativa e a luta socialista. O grande prejuízo para o movimento operário é, portanto, um prejuízo político. Porém, até mesmo no plano da luta reivindicativa, essa estrutura, por desestimular a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e por colocar nas mãos do Estado o poder de proteger as lideranças sindicais que lhe são mais próximas, essa estrutura tolhe, inclusive, a luta reivindicativa.

5. VO: Poderíamos concluir da sua fala que os trabalhadores não deveriam apresentar reivindicações ao Estado?

ABJ: Aí reside muitas vezes um mal entendido. Eu não estou defendendo a retirada do Estado do campo das relações de trabalho.

Os trabalhadores quando lutam por reformas – e o sindicalismo luta, fundamentalmente, ainda que não

“Essa estrutura alimenta uma concepção pequeno-burguesa do Estado, como entidade promotora e protetora da organização dos trabalhadores, em vez de mostrar aos trabalhadores que eles devem contar com a sua própria força”

exclusivamente, por reformas – necessitam recorrer ao poder de Estado para impor limites à exploração capitalista. Esses limites têm de ser impostos pelo direito. Esse tipo de intervenção, os trabalhadores devem pleitear e não rejeitar. Não estamos criticando, portanto, o direito do trabalho que são as normas protetoras conquistadas com tanta luta e consagradas na CLT. Estamos criticando o direito sindical brasileiro. O que esse direito faz é outra coisa. Ele impõe limites à liberdade de organização dos trabalhadores e esse direito sindical, que está consagrado numa das partes da CLT, os trabalhadores devem combater. Devemos nos definir diante das medidas específicas de intervenção do Estado e utilizando como critério os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e não assumir uma posição genérica a favor ou contra qualquer tipo de intervenção do Estado. Nem a burguesia faz isso. É certo que ela quer fazer crer que procede desse modo quando sugere ser “contra a intervenção do Estado” e a favor do “livre jogo das forças de mercado”. Mas, esse discurso ideológico esconde o fato de que a burguesia só rejeita um tipo de intervenção: a intervenção do Estado que favorece os trabalhadores – direitos trabalhistas, direitos previdenciários e outros – mas nunca a intervenção do Estado que favorece a burguesia – crédito subsidiado de um banco público como o BNDES, socorro a empresas em dificuldades etc. Aliás, é sintomático e revelador do caráter ideológico do discurso neoliberal o fato

de a burguesia e os seus porta-vozes combaterem o que consideram a rigidez proveniente da intervenção do Estado nas relações de trabalho mas, ao mesmo tempo, aceitarem, de bom grado, a intervenção desse mesmo Estado nas relações sindicais. Embora dissimulem, eles sabem onde lhes pega o calo.

Em suma devemos lutar contra a legislação sindical existente, mas defender o direito do trabalho.

6. VO: Desde sua criação, a partir de 1930, houve alguma modificação significativa nessa estrutura sindical?

ABJ: Sim, houve, embora a estrutura, no essencial, tenha persistido. O capitalismo e a sociedade brasileira mudaram muito desde 1930. Houve modificações na legislação, na relação com o Estado e os governos e tudo isso relacionado com a força e a orientação da luta operária em cada conjuntura.

A necessidade de reconhecimento oficial do sindicato e a unicidade sindical foram estabelecidas por decreto em 1931. Os anarco-sindicalistas e os comunistas lutaram contra a oficialização dos sindicatos

“a burguesia só rejeita um tipo de intervenção: a intervenção do Estado que favorece os trabalhadores – direitos trabalhistas, direitos previdenciários e outros – mas nunca a intervenção do Estado que favorece a burguesia – crédito subsidiado de um banco público como o BNDES, socorro a empresas em dificuldades etc”

que dirigiam. O governo ofereceu muitas iscas para atrair os trabalhadores. Havia direitos e prerrogativas que somente os sindicatos oficiais e os trabalhadores a ele filiados poderiam usufruir. Na Constituição de 1934, estabeleceu-se um pluralismo sindical restrito. Seria admissível até três sindicatos por categoria em cada base territorial. Isso não é liberdade sindical, porque o Estado continua com o poder de reconhecimento e de tutela. Em 1937, na Constituição da ditadura do Estado Novo, o pluralismo restrito foi suprimido e se





reinstaurou a unicidade. Em 1940 foi criado o imposto sindical que, desde 1966, é denominado contribuição sindical. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, além de conferir inúmeros direitos trabalhistas, consolidou os três elementos básicos da estrutura – reconhecimento oficial, unicidade e imposto sindical.

Na ditadura do Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1988), a gestão da estrutura

“A necessidade de reconhecimento oficial do sindicato e a unicidade sindical foram estabelecidas por decreto em 1931.

Os anarco-sindicalistas e os comunistas lutaram contra a oficialização dos sindicatos que dirigiam. O governo ofereceu muitas iscas para atrair os trabalhadores.”

sindical foi muito dura. Os governos desse período promoveram verdadeiras varreduras nos sindicatos oficiais, depuseram centenas de diretorias combativas e criaram um viveiro de dirigentes pelegos que puderam agir contando com todas as benesses que a estrutura sindical lhes conferia. Nos períodos democráticos, o controle se dá de modo mais liberal, mas é também muito eficiente. No período democrático de 1945-1964, o governo tinha o PTB que foi um partido criado a partir do aparelho da estrutura sindical e para apoiar o varguismo. No período democrático atual, a pluralidade de correntes e partidos, cada um com o seu quinhão da estrutura sindical, instaurou uma disputa muitas vezes burocrática que divide, parte e reparte o sindicalismo e tudo isso envolto no discurso de defesa da unidade – na verdade, de defesa da unicidade sindical.

Nessa última democratização, a Constituição de 1988 promoveu reformas importantes na estrutura sindical: consagrou os elementos centrais da estrutura sindical na própria Constituição e introduziu uma alteração importante nos mecanismos de controle do Estado sobre o processo de criação de sindicatos. O controle se dava a priori e pelo executivo. O Ministério do Trabalho expedia uma carta para a associação requerente funcionar, caso demonstrasse documentação completa, como associação pré-sindical. Após três anos de – digamos assim – um “estágio probatório”, o Ministério poderia expedir uma carta sindical definitiva. Esse processo tutelar, autoritário e prolongado foi substituído por um mecanismo

aparentemente democrático: um controle feito apenas a posteriori e pelo ramo judiciário. Essa mudança foi vista pelas correntes organizadas na CUT, que congregava, então, todas as correntes socialistas e progressistas do sindicalismo brasileiro, como uma vitória do campo operário e popular. E, de fato, essa mudança foi uma resposta à luta operária que vinha em ascensão desde 1978 no período de crise da ditadura militar. Porém, tal mudança produziu efeitos indesejáveis e não esperados.

Aparentemente, temos uma situação de liberdade sindical. Desde 1988, para criar um sindicato basta um registro em cartório que deve ser notificado ao Ministério do Trabalho. O sindicato já existente que se sentir prejudicado poderá ingressar na justiça contestando a nova entidade. Resultado: ficou fácil criar um sindicato no Brasil. Se tivéssemos liberdade de organização sindical, a situação seria diferente. Nenhum sindicato teria monopólio da representação e tampouco dinheiro fácil vindo do Estado. Para criar um sindicato, você precisaria ter legitimidade junto à massa, organizá-la e obter recursos voluntariamente cedidos pelos trabalhadores. Os aventureiros encontrariam dificuldades e obstáculos muito grandes. Porém, como temos a investidora, a unicidade e as contribuições obrigatórias – criar sindicatos, inclusive sindicatos fantasmas, passou a ser uma verdadeira brincadeira de criança. Explodiu, desde então, uma indústria de criação de sindicatos. Isso é algo que os defensores da unicidade sindical escondem: a unicidade estimula a pulverização, e não a unidade, dos sindicatos no Brasil. A liberalização da criação dos sindicatos sem liberdade efetiva de organização sindical é tão ruim quanto o controle estrito propiciado pelo velho estatuto padrão e pelo intervencionismo do Ministério do Trabalho.

7. VO: Como explicar a longevidade da estrutura sindical. Há alguma razão ou algum elemento determinante para a reprodução e permanência dessa estrutura?

ABJ: Eu penso que há. O elemento fundamental é a tradição populista da política brasileira. Eu sei que esse conceito é muito contestado, mas eu o considero útil. Não o utilizo no sentido weberiano de “liderança carismática”, nem no sentido que lhe atribui a propaganda conservadora que identifica populismo com “demagogia” e com “manipulação” de uma massa infantilizada. O populismo é um fenômeno semelhante ao bonapartismo de que nos fala Marx em seu livro O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Os trabalhadores com baixa capacidade de organização sindical e política podem transferir para o Estado capitalista, que é uma instituição aparentemente universalista, supostamente aberta a todas as classes sociais, a tarefa de defesa dos seus interesses. Os trabalhadores urbanos de origem rural no período

aberto pela Revolução de 1930 e, hoje, os trabalhadores pauperizados, subempregados por conta própria e desempregados, esse produto típico do capitalismo neoliberal, esses trabalhadores podem desacreditar da sua própria força e passar a cultuar o Estado como entidade protetora. Isso é o populismo. Ora, o mito do Estado protetor, esse fetiche, se realiza, no plano sindical, na ideia de que caberia ao Estado assegurar a representatividade (investidura), unidade (unicidade) e as finanças (contribuições obrigatórias) do aparelho sindical dos trabalhadores. É por isso que o sindicalismo brasileiro é uma escola de populismo e não de socialismo. A sua forma de organização e os seus métodos de luta ensinam aos trabalhadores que eles devem contar os “de cima” e não com a sua própria força.

8. VO: Em 2003, o governo Lula apresentou um projeto de reforma sindical. Qual a sua análise a respeito deste projeto? Como você analisa o decreto de reconhecimento das Centrais Sindicais?

ABJ: A reforma sindical não prosperou, porém, o projeto nascido do Fórum Nacional do Trabalho previa tanto a manutenção da unicidade sindical quanto das contribuições sindicais obrigatórias, isto é, previa a manutenção da estrutura sindical. O único resultado da reforma foi a legislação de reconhecimento das centrais sindicais que passam, desde então, a entrar no rateio do imposto sindical – e a verba proveniente desse rateio é milionária. A proliferação de centrais sindicais na década de 2000 é um fenômeno complexo. Reflete, de algum modo, a força do sindicalismo. A legislação sindical e os sucessivos

“Criou-se uma situação curiosa: os ardorosos defensores da unicidade sindical em nome da unidade dos trabalhadores praticam, sem pejo, o pluralismo sindical. Temos, hoje, sete centrais sindicais e todas elas defendem a unicidade em nome da unidade!”

governos proibiam a organização de centrais sindicais. Porém, reflete, também, a condição subalterna do sindicalismo brasileiro: a dependência diante do reconhecimento do Estado e a verdadeira corrida às verbas do imposto sindical. Criou-se uma situação curiosa: os ardorosos defensores da unicidade sindical em nome da unidade dos trabalhadores praticam, sem pejo, o pluralismo sindical. Temos, hoje, sete centrais



Comício de 1º de maio de 1919, na Praça da Sé



Manifestação de 1º de maio de 1941 no estádio do Varco da Gama, Rio de Janeiro.



Vargas desfilando no 1º de Maio no estádio do Pacaembú, São Paulo, 1944.



Fundação da CUT, Agosto de 1983. sindicais e todas elas defendem a unicidade em nome da unidade!

9. VO: Em artigo recente, escrito juntamente com Paula Marcelino¹, ao tomar a atividade grevista dos anos 2000 como indicador, vocês afirmaram que o sindicalismo brasileiro encontra-se em fase de recuperação. Qual é o perfil desta recuperação? Podemos afirmar que caminhamos para uma retomada da organização dos trabalhadores em patamares superiores aos vivenciados em 1978-1983 quando criou-se a CUT e o PT, ou essas lutas restringem-se apenas às reivindicações econômicas? Essa retomada das greves tem levado a um questionamento mais profundo da estrutura sindical?

ABJ: A retomada é real, é forte e muitos observadores não a viam porque estavam iludidos pelo próprio discurso a respeito da crise ou do declínio histórico do sindicalismo. Porém, se trata de uma recuperação dentro do padrão do sindicalismo brasileiro, isto é, dentro da estrutura sindical vigente. É difícil saber se tal recuperação vai transbordar para um sindicalismo de massa como aquele de 1978-1983. No curto prazo, eu não creio. Na conjuntura de crise da



ditadura militar havia uma crise do regime político que facilitava a ação dos trabalhadores. A retomada das greves não tem levado ao questionamento da estrutura sindical.

10. VO: Qual a sua avaliação a respeito do impacto da reestruturação produtiva no sindicalismo brasileiro?

ABJ: Eu penso que esse impacto foi mal avaliado. Claus Offe, na Europa, e Leônico Martins Rodrigues, no Brasil, têm enfatizado a heterogeneização das classes trabalhadoras nas décadas recentes e apresentam essa heterogeneização como a causa daquilo que seria um declínio do sindicalismo. Ora, as classes trabalhadoras sempre foram heterogêneas. A unificação nunca foi e não é decorrência direta da situação econômica dessas classes. É consequência da conjuntura econômica, política e ideológica e, é claro, da ação das direções do movimento operário. Se você ler o livro do historiador Eric Hobsbawm intitulado A era dos impérios, verá que ele discorre longamente sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora no final do século XIX e início do século XX. Ora, esse foi, justamente, o período de construção do movimento operário internacional. E, isso, a despeito daquela heterogeneidade. No que diz respeito aos dias de hoje, é preciso frisar que a chamada reestruturação produtiva é contraditória: ela estimula novas divisões, mas também estimula tendências unificadoras; ela heterogeneiza e homogeneiza. Criou essa nova e importante divisão entre terceirizados e trabalhadores diretamente contratados pela empresa e que atuam num mesmo local de trabalho, mas, também, aproximou muito o trabalhador de classe média do operário. Basta ver o crescimento do sindicalismo de classe média, particularmente do setor público. Ademais, as direções sindicais aprendem a lidar com as novas divisões e dificuldades daí decorrentes. Hoje, já temos no Brasil muita mobilização de trabalhadores terceirizados, algo que parecia impensável há alguns anos. Fora do Brasil, o movimento que mais tem lutado contra a nova onda de reformas neoliberais no caso da Europa é justamente o sindicalismo; na China, o sindicalismo ainda está nascendo – e podemos esperar que virá forte.

11. VO: Para finalizar. Como romper com o sindicalismo de Estado se mesmo correntes sindicais representativas “aspiram, ainda que no plano do discurso afirmem o contrário, a tutela do Estado sobre a organização sindical”, como estamos presenciando neste momento de criação de novas entidades de base nacional?

ABJ: A destruição da estrutura sindical corporativa de Estado depende de uma conjuntura política, econômica e social na

qual essa estrutura torne-se instável ou entre em crise. Enquanto isso não ocorrer, temos de aprender a combater a estrutura permanecendo em minoria e sem a expectativa de que ela irá desaparecer de um momento para outro. O que dá para fazer? Dá para travar a luta localizada e dá para fazer agitação e propaganda contra a estrutura. Vamos considerar as conjunturas de crise ou de instabilidade que a estrutura sindical já enfrentou e, depois, o momento atual que é, infelizmente, uma conjuntura de estabilidade dessa estrutura.

“A destruição da estrutura sindical corporativa de Estado depende de uma conjuntura política, econômica e social na qual essa estrutura torne-se instável ou entre em crise.”

Nem sempre a estrutura sindical gozou da estabilidade que ostenta nos dias de hoje. Ao longo da história do Brasil, tivemos duas conjunturas de crise e uma de instabilidade da estrutura sindical. Esses foram conjunturas em que a derrubada da estrutura sindical era uma possibilidade real e imediata e que, infelizmente, foram oportunidades perdidas.

A primeira crise foi uma crise surgida já no próprio período de implantação da estrutura sindical na primeira metade da década de 1930. Foi uma espécie de crise do parto. Para impor a nova estrutura, o recurso que o governo Vargas utilizou foi combinar a repressão aos sindicatos livres com a criação de atrativos e compensações para os sindicatos que se oficializassem. Na época, a maior parte do movimento sindical estava fora do sindicato de Estado e os comunistas e anarquistas se recusavam, no início, a integrar-se à estrutura nascente. Quando foram implantadas as férias remuneradas, somente os sindicalizados em sindicatos oficiais tinham acesso a esse direito. A criação da representação classista, a partir dos sindicatos oficiais, para a Assembleia Constituinte de 1934, que representou mais um grande estímulo à oficialização dos sindicatos, e promulgação da Lei de Segurança Nacional de 1935, que colocou na mira da repressão os sindicatos livres, a resistência comunista e anarquista foi dobrada. A estrutura sindical nascente começou a se impor.

A segunda crise da estrutura sindical ocorreu logo após a queda da Ditadura do Estado Novo, quando se iniciava a Guerra Fria. Refiro-me à conjuntura de 1948-1952. O governo Dutra, perfilando-se com os EUA naquele início da Guerra Fria, interveio nos sindicatos oficiais promovendo uma ampla derrubada de direções sindicais. Os comunis-

tas, expulsos da estrutura oficial, passaram, então, a praticar o sindicalismo livre. Esse é um período de muitas greves, de criação de imprensa sindical livre por fora do sindicato oficial. Conheço dois trabalhos muito importantes sobre essa crise do sindicalismo de Estado. Uma dissertação de mestrado de Augusto Buonicore, que pode ser acessada na biblioteca de teses da Unicamp, e que está resumida num artigo do autor intitulado “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. O artigo está publicado no periódico Cadernos AEL no 12/13 e pode ser acessado pela internet². O outro trabalho é um livro de Denis Linhares Barsted, intitulado Medição de forças – o tempo dos operários navais. Esses dois trabalhos resgatam a história do sindicalismo livre desse período e evidenciam que os operários são sim capazes de se organizar sem a tutela, supostamente benéfica, do Estado capitalista. Contudo, quando Getúlio Vargas voltou ao poder governamental, ele eliminou, no ano de 1952, a exigência do atestado de ideologia para os candidatos às direções dos sindicatos oficiais, reabrindo a possibilidade de os comunistas disputarem as eleições nos sindicatos oficiais. A linha sindical do PCB começou, então, a mudar e o trabalho sindical fora da estrutura foi paulatinamente abandonado. É apenas a partir desse período que a estrutura sindical consegue estabelecer um vínculo mais significativo com os trabalhadores. Até então, ela era uma instituição quase que meramente burocrática.

Finalmente, temos a conjuntura de 1978-1983. Nessa conjuntura, não chegou a se caracterizar uma crise da estrutura sindical. Ao contrário das duas conjunturas anteriormente citadas, não havia, então, uma força sindical representativa propondo-se a derrubar a estrutura sindical. Os então denominados “sindicalista combativos”, dentre os quais se destacava a liderança sindical emergente do ABC paulista, nasceram dentro da estrutura sindical e não se propunham a romper com ela; os setores mais radicalizados das oposições sindicais, embora pleiteassem o fim da estrutura sindical, não lograram obter influência suficiente no movimento operário e sindical. Não havia força sindical representativa que colocasse como objetivo derrubar a estrutura sindical, mas havia sim um divórcio amplo e crítico entre a massa de trabalhadores em luta e os sindicatos oficiais burocratizados e controlados por pelegos. É por isso que podemos falar de uma conjuntura de instabilidade da estrutura sindical. Essa conjuntura foi uma oportunidade perdida pela direção do novo sindicalismo que surgia no ABC. Se em 1948-1952 a responsabilidade coube ao PCB, nessa nova fase a responsabilidade coube ao novo sindicalismo e ao partido político ao qual ele estava ligado – o PT.

Hoje, porém, vivemos um período de estabilidade da estrutura sindical. As condições são outras e nossa tática deve contemplar isso.

Primeiro, seria excelente se conseguís-

semos criar uma publicação que fizesse a propaganda da liberdade sindical e produzisse uma crítica multifacetada e fundamentada da estrutura sindical. Uma publicação como essa seria um importante instrumento de luta. Para combater a estrutura, temos de combater suas raízes políticas e sociais. É óbvio que temos de fazer a luta de ideias contra o populismo, particularmente contra o populismo sindical do qual falei acima. Devemos, também, se queremos montar uma estrutura sindical livre e ligada ao movimento socialista, e não uma estrutura sindical para os social-democratas, deveremos, mesmo aceitando alianças nessa luta, cuidar para erigir uma concepção nossa do sindicalismo livre.

Há aqueles que acenam com a crítica de Lenin ao esquerdismo – participar do sindicato que atrai as massas – para justificar sua confortável instalação no sindicato de Estado. Temos de fazer esse debate. Primeiro, quem luta pelo sindicato livre, não está impedido de atuar no interior da estrutura sindical. Falarei disso mais à frente. Segundo, é claro que Lênin não chegou a conhecer nada que se assemelhasse ao sindicalismo de Estado. Ele faleceu quando o fascismo começava, em 1924, a montar o seu aparelho sindical, até então absolutamente original, na Itália.

“é preciso evitar cair na armadilha de substituir a discussão sobre os objetivos pela discussão sobre os métodos de luta. O que queremos é acabar com a estrutura sindical. Para alcançar esse objetivo, devemos lançar mão de recursos e métodos disponíveis em cada uma das situações que podemos nos encontrar”

Em segundo lugar, na ação prática, devemos ter claro que na luta contra a estrutura, é preciso evitar cair na armadilha de substituir a discussão sobre os objetivos pela discussão sobre os métodos de luta. O que queremos é acabar com a estrutura sindical. Para alcançar esse objetivo, devemos lançar mão de recursos e métodos disponíveis em cada uma das situações que podemos nos encontrar – na direção de um sindicato não oficial (como existem, ainda, no setor público), na oposição a uma diretoria sindical oficial ou, até, na direção de um sindicato oficial. Devemos agir tanto por fora, quanto por dentro da estrutura. Não devemos escolher apenas um método de luta. O importante é saber encontrar em cada uma das três situações indicadas acima, o método compatível com o objetivo final: derrubar a estrutura sindical. ➤

¹ Armando Boito Jr. e Paula Marcelino, “O sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000”. Caderno CRH vol. 23 no. 59 Salvador maio-agosto de 2010. Acessível pela internet no site do Scielo:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200008&lng=pt&nrm=iso

² O acesso é pelo endereço:

http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/97/104



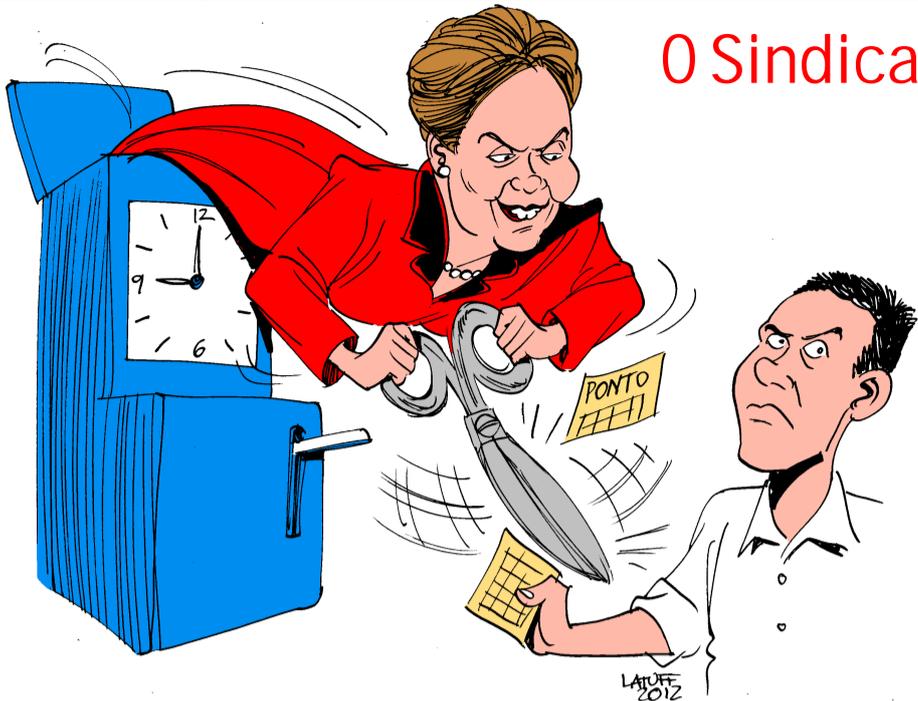
Greve dos servidores federais foi importante elemento da conjuntura de 2012





O Sindicato fora do lugar e o lugar do sindicato

“os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas a sua radical emancipação.” Karl Marx



No mês de março de 2012, a Central Única dos Trabalhadores lançou uma campanha nacional “Por Liberdade e Autonomia Sindical” e junto com esta campanha, um plebiscito contra o imposto sindical. O objetivo seria conscientizar e discutir com a classe trabalhadora mudanças na atual estrutura sindical. O material publicitário da campanha explicita toda uma posição coerente com os princípios que fundaram a Central e ataca a unicidade e o imposto sindical.

Para aqueles que sempre se opuseram a estrutura sindical parecia um bom momento para celebrar. Afinal, há muito não se via qualquer atividade do movimento sindical sobre este tema. Porém, passado alguns meses, a pergunta que fica é: qual o resultado da campanha? Aparentemente nenhum!

A CUT fez a campanha sem apresentar uma proposta de soterramento do sindicalismo de Estado ou, ao menos articular uma luta efetiva contra o sindicalismo de Estado. Ao contrário, acompanhamos a solidificação dessa estrutura e do atrelamento do sindicato ao Estado com aval da CUT. Em 2008 o reconhecimento das centrais pelo Estado autorizando a sua existência foi festejado pela CUT, juntamente com as demais centrais, e desde então é a central que recebe a maior fatia dos fartos recursos do imposto sindical. E quem está na base de algum sindicato cutista sabe que o plebiscito foi uma farsa. Quando havia alguma atividade, principalmente assembleia, a direção do sindicato colocava uma urna e dizia: “não esqueçam de votar”, sem debate algum.

Ao desencadear a sua campanha, porém, acabou por despertar as forças que não só sobrevivem desta estrutura, mas a defendem. Destaca-se a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, criada e dirigida pelo PCdoB.

Para rebater as posições cutistas, a CTB publicou uma matéria em sua página na internet, intitulada “Unicidade Sindical: pelos trabalhadores, pelo Brasil” (CTB. 2012). O objetivo era a defesa da unicidade sindical em contraposição a pluralidade. Pascoal Carneiro, secretário-geral nacional da CTB, esclarece os termos da defesa da unicidade: “o fortalecimento dos sindicatos passa pelos seus princípios de unidade com liberdade e autonomia, baseados na unicidade sindical”. Mais a frente numa sessão do texto intitulada “Ser contra o imposto é ser contra os trabalhadores” podemos ler: “A campanha contra o imposto sindical é muito oportunista e não é a melhor ação para quem se propõe

advogar os interesses dos trabalhadores (...) é incoerente este posicionamento (...). Sem imposto sindical, como os trabalhadores poderão organizar suas campanhas, garantir suas bandeiras e fazer frente ao patronato?”

Ao criticar a criação aleatória de sindicatos sem representatividade o documento aponta: “um dos caminhos para se garantir a unicidade e assim acabar com essa bagunça sindical é o fortalecimento do Ministério do Trabalho. (...) É preciso colocar o MTE como protagonista e não coadjuvante nos processos de negociação dos trabalhadores. O ministério precisa assumir seu papel nas negociações”.

A CTB está entre as cinco maiores centrais em número de sindicatos filiados e se reivindica do campo classista. Porém, ao reivindicar o protagonismo do Ministério do Trabalho nas negociações entre trabalhadores e patrões, vê-se claramente de que lado está. Não há como conciliar autonomia e independência com intervenção do Ministério.

É impossível compatibilizar liberdade e autonomia com a unicidade sindical e mais ainda com o poder do Estado de decidir a qual sindicato o trabalhador deve se filiar, ou seja, com a investidura sindical. Seja qual for a forma concreta de existência dessa unicidade, implica sempre, a dependência do sindicato diante do Estado. Não há como elevar a luta da classe trabalhadora a outros patamares com a tutela estatal. Solicitar a tutela estatal é desconsiderar a forma como se desenvolveu a dominação burguesa no Brasil. É desconsiderar o papel que o sindicato de Estado desempenha na luta de classes.

O sindicato financiado pelo Estado a partir do imposto sindical sempre foi alvo de disputas entre as diversas forças que atuam no movimento, porém, após o reconhecimento das centrais, essas disputas tornaram-se mais violentas ainda, envolvendo todas as centrais reconhecidas pelo Estado. As disputas não são mais ideológicas. São pelo aparato e envolve sindicalistas, burocratas do Estado e o próprio Ministério.

O sindicato no Brasil hoje se tornou um negócio, e o Ministério é o promotor da comercialização. Presenciamos hoje um processo intenso de fabricação de sindicatos, federações e confederações atendendo unicamente a interesses particularistas. A concessão das cartas sindicais, controlada pelo Estado, chega a custar R\$ 150 mil no mercado negro da burocracia federal. O dinheiro “ajuda” o processo de registro do sindicato a andar mais rápido. E a fila é longa. Em apenas três anos da gestão Lupi no

Ministério (2008 – 2011), foram concedidos 1.457 registros sindicais e há, ainda, outros 2.410 pedidos em trâmite na Secretaria de Relações do Trabalho. Essa situação foi criada pela Portaria 186/2008 que estabeleceu novas regras para o registro sindical e na prática facilitou a fabricação de milhares de sindicatos clones e de fachada ou de “gaveta”, dividindo categorias de trabalhadores com objetivos políticos e econômicos das diversas centrais, inclusive a própria CUT que lançou uma campanha contra a estrutura sindical.

Em reportagem da revista IstoÉ, a presidente da Federação Nacional dos Terapeutas (Fenate), Adeilde Marques relata um episódio definitivo para revelar o tratamento diferenciado que estaria ocorrendo na burocracia federal. Quem paga, segundo ela, vai para o topo da fila das concessões de cartas sindicais. Quem se recusa a entrar no esquema pode ficar esperando indefinidamente pelo registro. “Ela conta que, ao buscar a regularização da entidade junto ao Ministério do Trabalho, em Brasília, foi encaminhada ao escritório do sindicalista Miguel Salaberry, ligado à Social Democracia Sindical, hoje a nova central UGT, União Geral dos Trabalhadores. ‘Me pediram R\$ 5 mil para que a carta sindical saísse mais rápido’”, afirma. Diante dessa situação a sindicalista procurou apoio da Força Sindical. “Em conversa com o próprio presidente da central em Sergipe, Willian Roberto Cardoso Arditti, o ‘Roberto da Força’, Adeilde foi informada de que a carta sindical poderia custar até R\$ 40 mil.”

A reportagem destaca ainda que esse Roberto da Força aparece em outra denúncia envolvendo a criação dos chamados sindicatos de gaveta. A presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Socorro, Edjane Silveira disse que não quis pagar o pedágio exigido pela Força Sindical. “Em retaliação, Roberto criou, com aprovação do Ministério, um clone do sindicato de Edjane com um nome quase idêntico: o Sindicato dos Servidores do Município de Nossa Senhora do Socorro (Sindispub). No comando desse Sindispub clonado está Joanes Albuquerque de Lima, que também preside outros sindicatos locais da Força Sindical”, prática constante no sindicalismo da Força.

Chama a atenção outras denúncias na mesma reportagem. “Em São Paulo, o camelo José Artur Aguiar conseguiu fundar o Sindicato dos Trabalhadores em Casas Lotéricas, mesmo sem nunca ter trabalhado na atividade” Em outro caso, “o Sindicato de Empresas de Desmanche de Veículos (Sindidesmanche), entidade patronal ligada à Força, ganhou sua carta sindical apesar de seus dirigentes (...) também comandarem, na outra ponta, uma entidade de trabalhadores, o Sintseve, que reúne inspetores técnicos em segurança veicular.”

As fraudes no sindicalismo brasileiro ocorrem também com a taxa negocial, que os sindicatos recebem das empresas. No Sindicato dos Plásticos de Jundiá, por exemplo, a parcela correspondente ao sindicato nunca entrava nas contas do mesmo. Ia direto para a conta dos diretores. Além de estar na direção há mais de 20 anos, o presidente do sindicato nunca teria trabalhado na categoria, aponta reportagem da TV TEM.

Em outra matéria intitulada “Bandidagem Sindical” IstoÉ revela a violência da

disputa entre as centrais de trabalhadores e os bastidores da luta pelos recursos do imposto sindical.

Mas a criação de entidades para disputar as bases de outros sindicatos não é exclusividade da Força Sindical e outras centrais identificadas com o sindicalismo de Estado. A CUT criou o Pro-IFES na base de um sindicato que sempre esteve na vanguarda das lutas, o Andes-SN.

Quais as razões podem ser apontadas para esta disputa fratricida e mesmo a criação desenfreada de sindicatos de gaveta? Um dos elementos é com toda certeza os infindáveis recursos do imposto sindical que em 2010 representavam cerca de 1,2 bilhões de reais. Mas também tem razões políticas. Os altos índices de aprovação do governo Lula, por exemplo, não foram alcançados sem o silêncio sepulcral e o imobilismo das centrais. Da mesma forma, o ajuste fiscal imposto por Dilma, com cortes expressivos no Orçamento da Educação (3,1 bi. em 2011) e da Saúde (5,4 bi. em 2012), não recebeu crítica alguma dos sindicatos cutistas. Prevaleceu o silêncio.

Enquanto isso, a burguesia não só mantém sua posição contrária a toda e qualquer política de direito social e de proteção ao trabalho, como vê nas políticas existentes uma possibilidade de lucrar. A nossa burguesia, associada e dependente, aposta na privatização dos direitos sociais para garantir seu lucro. A Previdência Social, a Educação, a Saúde, são alvos constantes dos desejos burgueses. As contrarreformas da Previdência de FHC e Lula abriram e aprofundaram a privatização da previdência. Só no 1º semestre deste ano, a previdência privada cresceu 32% e já movimenta um mercado de 33 bilhões de reais. Se não bastasse a privatização, os governos subservientes agraciam nossa burguesia com constantes desonerações da folha, zerando a contribuição previdenciária de alguns setores da indústria e reduzindo impostos. Agraciada, a burguesia agradece. Em nota oficial, o presidente da FIESP disse: “Toda desoneração é bem vinda” (FIESP. 2012). O objetivo principal é diminuir os custos de produção e, toda vez que a burguesia fala em custo, sabemos muito bem a quem ela se refere.

A partir de 1930 com a instituição da legislação protetora do trabalho, as forças que atuavam no movimento sindical, sobretudo os comunistas, optaram por disputar os sindicatos oficiais e esta tática estava correta. Estavam disputando com o Estado uma concepção livre, autônoma e independente de organização dos trabalhadores, pois essa era a tradição do movimento, construída nas décadas anteriores com muita luta. Nossa tradição hoje é outra. É a do sindicato de Estado, atrelado, corporativo, burocrata e, o que é pior, legalista. Desde a instituição do sindicalismo de Estado, o Estado passou a disputar física e ideologicamente os sindicatos, e até aqui tem sido vitorioso. É contra esta tradição que precisamos lutar e não será a partir das atuais centrais sindicais atreladas que elevaremos a luta dos trabalhadores a outros patamares. Unificar os setores combativos do movimento sindical contra as práticas antipopulares e antissindicais do atual governo é a tarefa imediata, criar as condições para construir uma Central das Classes Trabalhadoras efetivamente autônoma é o que devemos constantemente perseguir. ➤



A Escola Luiz Carlos Prestes finaliza a primeira edição do curso "Os Comunistas Brasileiros (1922-1990)", com Anita Leocádia Prestes

Foi mais de um ano de debate e reflexão baseados em análises feitas pela historiadora e diversos documentos históricos do PCB e textos complementares

Durante o ano de 2012 até os dias 25, 26 e 27 de Janeiro de 2013 foi estudada a trajetória dos comunistas brasileiros de 1922 à 1990 em três módulos distintos: I - "Da fundação do PCB (1922) aos levantes antifascistas de novembro de 1935" (ver *EFLCP realiza 1º Módulo do curso 'Os Comunistas Brasileiros (1922-1990)'* em cclcp.org); II - "Da derrota do movimento antifascista (novembro de 1935) à crise de 1956/58" (ver *EFLCP realiza 2º Módulo do curso 'Os Comunistas Brasileiros (1922-1990)'* em cclcp.org); e III - "Luiz Carlos Prestes e os comunistas brasileiros (1958-1990)". Foi mais de um ano de estudos que mobilizou a militância da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes, Juventude Comunista Avançando, Movimento Avançando Sindical e amigos dessas organizações.

O III e último Módulo, realizado recentemente, teve como leitura prévia o livro de Anita Leocádia Prestes Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990), lançado ao final de 2012. Para discussão foram preparados vários documentos do PCB e textos de Prestes, alguns pouco conhecidos.

Partiu-se de 1958 não por acaso, foi o marco escolhido devido à grande importância da *Declaração de Março* de 58. Esse foi um documento contraditório, aprovado no intuito de conciliar distintas tendências que estavam se formando dentro do partido, na busca pela unidade dos comunistas brasileiros e da própria sobrevivência do PCB, gravemente abalado pelos acontecimentos do XX Congresso do PC da União Soviética, realizado em 1956. Para Anita,

"o esforço para alcançar a *unidade a qualquer preço* marcou fortemente a história do movimento comunista internacional e não poderia, portanto, deixar de se fazer presente no PCB (...). Tal empenho, frequentemente, teria como consequência o abandono de posições de princípio e, em particular, a renúncia aos objetivos revolucionários dos comunistas e a conciliação com as tendências reformistas" (PRESTES, A.L., 2012, p. 25).

Na *Declaração*, reforça-se a tese nacional-libertadora para a

Na *Declaração* [1958], reforça-se a tese nacional-libertadora para a revolução brasileira (...) que era equivocada em apostar na revolução em duas etapas na qual a contradição principal estava na relação entre a nação e o imperialismo e só secundariamente entre proletariado e burguesia.

revolução brasileira, ou seja, mantém-se intacta a orientação estratégica anterior, que era equivocada em apostar na revolução em duas etapas na qual a contradição principal estava na relação entre a nação e o imperialismo e só secundariamente entre proletariado e burguesia. Segundo essa orientação, seria necessário formar uma ampla frente única com a burguesia nacional supostamente interessada no caminho do desenvolvimento independente do país. Além disso, anunciava-se uma nova virada tática: o caminho pacífico e eleitoral para formar um "governo nacionalista e democrático".

Os anos que seguem a Declaração são de significativo ascenso das lutas no país. As greves se intensificam. O movimento sindical, popular e estudantil realiza diversas atividades nacionais. Os comunistas participam dessas mobilizações e denunciam a conciliação de JK. Para a sucessão presidencial, defendem a candidatura do Marechal Lott contra a de Jânio Quadros, a qual classificavam como "entreguista".

JQ vence as eleições, tendo como vice João Goulart (naquele tempo presidente e vice eram votados em chapas separadas), que assume a presidência pela intensa pressão popular realizada após a renúncia de JQ, o qual pretendia criar as condições para um golpe de estado.

Nos anos que seguiriam até o golpe a orientação principal do PCB era de luta contra a política de conciliação de Jango e pela

realização das reformas de base. No entanto, para a historiadora, "o PCB continuava a não perceber a necessidade imperiosa do *bloco histórico*", pois para que as reformas e mudanças almeçadas fossem conquistadas era necessária "a sustentação material de forças organizadas e unidas em torno de propostas claras e bem definidas" (*ibidem*, p. 64) e não apenas em torno de "apelos radicais".

A influência da Revolução Cubana era muito grande, e contribuiu para o crescimento do radicalismo de esquerda com apelo à luta armada, tanto dentro do PCB quando em organizações que passam a surgir (muitas de militantes oriundos do Partido). Essa será a marca de diversas organizações.

Com o crescimento das campanhas pelas reformas de base, crescem também as conspirações orquestradas pelo imperialismo norte-americano e as classes dominantes nacionais que tiveram como desfecho o golpe de 1º de Abril de 1964. Segundo Anita,

"As concepções nacional-libertadoras, presentes tanto na estratégia política do PCB quanto em grande parte do discurso das forças nacionalistas e de esquerda, sob a influência dominante da ideologia nacional-desenvolvimentista, alimentaram as ilusões num hipotético anti-imperialismo de uma suposta burguesia nacional" (*ibidem*, p. 101).

Com a derrota das forças nacionalistas e populares de Abril de 64, as divergências na esquerda brasileira e na direção do PCB se acirram

Essa mesma ilusão levou à excessiva confiança nas forças armadas e no "dispositivo militar" de Jango, bem como na pouca atenção dada à construção do bloco histórico capaz de impedir o golpe reacionário das forças internas e externas e realizar as reformas de base. Mesmo aqueles que recorreram à luta armada no período - muitos heroicos lutadores do povo brasileiro - não foram capazes de se desvencilhar

de uma avaliação errônea da realidade brasileira. Apontando uma estratégia equivocada para a revolução brasileira, também os métodos de trabalho político acabaram equivocados:

"As esquerdas haviam subestimado tanto a necessidade de elaboração programática quanto o trabalho de organização e de conscientização das forças populares para levar adiante o processo revolucionário no país." (*ibidem*, 2012, p. 104).

Com a derrota das forças nacionalistas e populares de Abril de 64, as divergências na esquerda brasileira e na direção do PCB se acirram, o que leva ao rompimento e à expulsão de vários destacados dirigentes do partido, muitos dos quais partiram para a organização da luta armada no país. O PCB, por sua vez, aponta na necessidade da luta de massas e unidade das forças antiditatoriais para derrotar a ditadura.

Mas o aparato repressivo da ditadura se profissionalizaria e passaria a dismantlar uma a uma as organizações armadas, especialmente após 68, com o AI-5, passando em seguida à perseguição aos militantes do PCB como principal alvo.

Diante da crescente repressão o PCB avança na caracterização do regime como fascista e decide pelo exílio de grande parte do Comitê Central (CC). Nas palavras de Schafik Handal, Secretário geral do PC de El Salvador da época, citado por Anita no seu livro, "o fascismo é acima de tudo uma contrarrevolução" e possui uma *função histórica* na América Latina que "consiste em salvar o capitalismo dependente, modernizando-o, promovendo-o a passar à fase do capitalismo monopolista dependente e, onde existam condições para isso, ao capitalismo monopolista de Estado dependente" (HANDAL, apud PRESTES, A.L. p. 162 e 163).

Mas a resistência do PCB à ditadura não impede que o partido tenha posições cada vez mais moderadas. Segunda Anita

"Na prática, a atividade do PCB ficaria limitada à tática, sendo deixados de lado os objetivos estratégicos do Partido. Com semelhante orientação, a organização e a conscientização dos trabalhadores, assim como a sua formação com vistas à revolução, foram abandonadas"





1º Módulo do curso, Abril de 2012



1º Módulo do curso, Setembro de 2012



Lançamento do livro de Anita Prestes em Florianópolis, Dezembro de 2012

das. O PCB deixava de se distinguir das demais forças antiditatoriais, perdia a oportunidade de afirmar-se como organização revolucionária, mantendo a independência ideológica. O PCB enveredava definitivamente pelo caminho do reformismo.” (PRESTES, A.L., p. 153).

Já no exílio, Prestes passa a conhecer melhor a situação do CC do PCB e percebia que uma orientação oportunista de direita ganhava força dentro do Partido. No entanto, seu isolamento era uma realidade, era muito difícil ter notícias do partido a partir de sua direção que residia no Brasil. Mesmo assim, Prestes se mantém atualizado sobre a situação política do país, desenvolve

Já no exílio, Prestes passa a conhecer melhor a situação do CC do PCB e percebia que uma orientação oportunista de direita ganhava força dentro do Partido.

intensa atividade de solidariedade internacionalista e busca atualizar seu estudo do marxismo-leninismo e do que havia de mais atual sobre a realidade brasileira.

Nesse processo, amadurece suas análises sobre a orientação política do Partido que estava errada, a qual havia influenciado em uma concepção de organização igualmente inadequada. Dedicou anos a uma disputa interna com uma direção que não se mostrava disposta a debater

A crise do PCB e o conflito de Prestes com o CC adquirira grande publicidade. Era chegado o momento de expor os seus posicionamentos de modo claro para todos os comunistas. Prestes decide, então, pela divulgação da *Carta aos Comunistas*

seriamente a realidade brasileira e a crise do PCB. Já em 1979, com a anistia prevista, Prestes considera importante debater com a militância do partido antes de se afastar da sua direção. Vale ressaltar, que enquanto esteve no Partido, mesmo assediado pela imprensa burguesa, Prestes evitava abordar a luta interna do PCB.

A crise do PCB e o conflito de Prestes com o CC adquirira grande publicidade. Era chegado o momento de expor os seus posicionamentos de modo claro para todos os comunistas. Prestes decide, então, pela divulgação da *Carta aos Comunistas* aos membros do Partido, que logo adquire grande repercussão e publicidade. Para Prestes, que sempre havia sido muito disciplinado com o Partido, não havia como expor suas posições se não rompesse com o Partido e sua direção. O momento político exigia que suas posições fossem colocadas às claras e elas eram incompatíveis com as do CC do PCB (ver *ibidem*, p. 248 e 249).

A orientação do PCB estava superada. Para Prestes, trata-se de criar as condições para construção de um bloco de forças sociais revolucionárias de caráter anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiário, dando solidez na aliança do proletariado com as camadas populares rumo à tomada do poder político. Esse poder, pelo seu caráter, seria capaz de abrir caminho para o socialismo. Desse modo, a análise de Prestes convergia no sentido de que a revolução democrática era parte integrante da revolução socialista.

As posições de Prestes levaram muitos a

romper com o PCB, muitos deles jovens, que passaram a se intitular os “comunistas que se alinham às posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes”. A *Voz Operária*, antigo órgão do PCB – substituído naqueles anos pela *Voz da Unidade* – seria o órgão que durante os primeiros anos da década de 80 daria alguma orientação para esse grupo, que teve dificuldade de manter uma organicidade mais efetiva.

Prestes defendia que era necessário batalhar pela construção de um Partido de novo tipo, efetivamente revolucionário. No entanto, naqueles anos, desaconselhou atitudes eufóricas nesse sentido. Para ele, era necessário se inserir no movimento de massa, formular política revolucionária para os diversos campos de atuação, organizar os comunistas em núcleos de base, estudar o marxismo-leninismo, criando as condições para a formação de quadros políticos capazes de se tornarem dirigentes desse novo partido no futuro. Tratava-se de um trabalho de longo prazo.

Foi o que Prestes fez nos últimos dez anos de vida: se dedicou a levar suas posições a operários, estudantes e movimentos populares, intervindo na política nacional de forma decidida.

A riqueza que a história dos comunistas brasileiros trouxe a tona neste curso com a camarada Anita Prestes fortalece a convicção da luta por outra sociedade possível e viável. A CCLCP se vê como parte dessa história e identifica como fundamental compreender os erros do passado para construir um partido verdadeiramente revolucionário.

A Escola Luiz Carlos Prestes seguirá organizando cursos sobre assuntos candentes e de interesse das forças revolucionárias e populares em nosso país.

Viva os comunistas brasileiros! 🇧🇷



Memorial Luiz Carlos Prestes

Está prevista, para o ano de 2013 na cidade de Porto Alegre, a inauguração de um Memorial em homenagem ao revolucionário e comunista Luiz Carlos Prestes, o cavaleiro que dedicou a sua vida à luta pela transformação social, trazendo consigo a esperança de milhares de trabalhadores brasileiros que sonhavam com um mundo sem exploração, injustiça e desigualdade social. Prestes, que sempre postulou a necessidade histórica de se fazer uma revolução prática, nunca deixou de afirmar que a mesma também deveria ser teórica. Por isso, o espaço que hoje se encontra em construção, deverá ser mais do que um espaço de homenagem e recordação, deverá ser um espaço de formação.

Nesse sentido, os lutadores sociais, junto com a população brasileira, poderão sentir-se contemplados com mais essa grandiosa obra do arquiteto Oscar Niemeyer, que num ato de amizade e camaradagem, projetou este espaço para que todos pudessem tomar conhecimento do que foi a vida e obra deste grande lutador da causa humana, deste brasileiro que fora temperado no calor da luta social.

E para falar um pouco sobre a realização deste projeto, o VO buscou conversar com um dos homens que militou ao lado de Prestes e que hoje continua na luta trazendo consigo o legado revolucionário de seu eterno camarada, que faleceu ano de 1990.

O camarada Luiz Carlos Pinheiro Machado, militante da CCLCP, professor aposentado do curso de agronomia (UFRGS/UFSC), que atualmente está trabalhando num livro que se chama "A dialética da agroecologia", nos recebeu para falar sobre a construção do Memorial. Eis a entrevista:

Voz Operária (VO): Como é que surgiu do Memorial, de onde partiu a iniciativa do projeto?

Luiz Carlos Pinheiro Machado (LCPM): O projeto do Memorial Luiz Carlos Prestes é produto de uma iniciativa do então vereador Vieira da Cunha, que no dia 29 de junho de 1990, portanto, há treze anos, aprovou uma lei que tomou o nome de um Projeto de Lei Complementar, no qual o executivo municipal fica autorizado a edificar equipamento público de caráter cultural denominado Memorial Luiz Carlos Prestes e cria um fundo especial de natureza contábil próprio. Bem, desde que foi aprovada a Lei e que tinha que se conceder um terreno, as possibilidades de construção do Memorial eram muito remotas, porque nós não tínhamos recursos para fazê-lo e a prefeitura se omitia na época. Até que recebemos um terreno na orla do Rio Guaíba de frente ao Anfiteatro Pôr-do-Sol, que é um terreno de altíssima valorização numa zona muito nobre de Porto Alegre, um terreno que tem 150 x 75 metros, portanto, um terreno muito grande. Mas sem recursos para construir o prédio.

Nesse meio tempo a Federação Gaúcha de Futebol, estava interessada em construir a sua sede e estava trabalhando para construí-la num município vizinho, chamado Eldorado do Sul. Um município que fica a 30 km de Porto Alegre, tem que atravessar a ponte do Rio Guaíba, enfim, seria uma localização absolutamente imprópria para esse objetivo. A partir daí houve uma articulação em que se a Federação custeasse a construção do nosso prédio, o prédio do Memorial, o Memorial cederia metade do terreno para a Federação. Isso foi feito! Então, a Federação ficou com a metade sul e nós ficamos com a metade norte, que é a metade mais nobre, digamos, dentro do terreno. Daí, a partir de um contrato entre a Federação e nós, a Federação assumiu o compromisso de construir o prédio, o projeto de acordo com as especificações do arquiteto Oscar Niemeyer e com uma cláusula que o Memorial teria que ficar concluído antes da Federação, ou seja, que não podia postergar a construção do Memorial a favor da

Federação. O prioritário é o Memorial!

As coisas vinham acontecendo razoavelmente bem, até que, eu acho que em outubro/novembro houve uma desavença na direção da Federação, daí a construção da obra se complicou e hoje, a previsão era 31 de dezembro, nós estamos em fevereiro e a obra está parada com a parte de estrutura de concreto razoavelmente adiantada, e faltando o resto da obra. Não há previsão de conclusão, eles têm um cronograma lá para maio, mas eu não sei se isso vai ocorrer, ou seja, a Federação está inadimplente em relação a este prazo.

VO: O que se pretende com o Memorial, qual será a sua função e importância?

LCPM: Bom, o Memorial em primeiro lugar é um marco, um registro permanente da vida e da obra de Luiz Carlos Prestes. Interessante que no documento do projeto tem uma caracterização do próprio Prestes, que o caracteriza como patriota, revolucionário, comunista e senador da república. Então, o Memorial na verdade vai ser a reprodução da vida dele, vamos utilizar todos os materiais disponíveis para poder recompor a vida dele através de um documentário. Naturalmente que a filha dele, a professora Anita Leocádia Prestes, vai colaborar muito nesse trabalho de recomposição da vida dele. E uma vez, digamos, concluído o Memorial e feito todos os detalhes atinentes ao projeto, nós pretendemos usar o Memorial! Ele será gerido por uma associação que se chama Associação Memorial Luiz Carlos Prestes, que irá administrar o Memorial através da obtenção de recursos para a sua manutenção e realização de eventos, e vai também oferecer uma série de serviços relacionados com a vida do Prestes. Então, a finalidade é manter viva a memória de um revolucionário comunista patriota e, de eventualmente, usar o Memorial para eventos culturais que sejam compatíveis desde logo com os objetivos do Memorial, ou seja, nós não vamos ceder o Memorial, sob nenhum título, sob nenhum pretexto, para os reacionários, para os anticomunistas fazerem atos lá. Isso não vai acontecer! O



Obra de Oscar Niemeyer ficará localizada na orla do Rio Guaíba de frente ao Anfiteatro Pôr-do-Sol na cidade de Porto Alegre (RS).

que vai acontecer lá não precisa ser a favor, mas não pode ser contra! Por exemplo, um evento cultural de um determinado escritor para fazer o lançamento de um livro, que seja um romance, que não tenha nada de anticomunista, não tem problema! Pode ser cedido, dentro das condições que a própria associação vai estabelecer.

VO: Quais são os projetos possíveis a ser realizado em nome do Memorial?

LCPM: São, principalmente, projetos de caráter político-cultural. Por exemplo, uma palestra de um grande escritor sobre a vida do Prestes. Isso é o tipo de atividade que se ajusta perfeitamente dentro das atividades e os objetivos do Memorial. Uma apresentação, por exemplo, de um grupo de artistas com um tipo de música compatível com o auditório, que é um auditório pequeno. Então, nesse caso, seria uma seleta assistência no sentido de número.

Enfim, todos esses tipos de eventos podem fazer parte das atividades do Memorial, sempre para promover e homenagear a trajetória histórica do Prestes, a começar com a Coluna e terminar com o final da vida dele.

VO: Como anda a sua construção e quais são as previsões para a sua conclusão?

LCPM: A conclusão, nessa altura dos acontecimentos, com esse problema que deu com a Federação, que teve outro problema não só administrativo e interno deles, mas um órgão de fiscalização verificou que o prédio da Federação não tinha os tapumes protetores lateralmente, então embargou a obra, que ficou parada por causa disso. Eles estão trabalhando para construir esses tapumes e dar continuidade à obra. Então, com isso tudo, eu acredito que com muita boa vontade na metade do ano poderá ser inaugurado o Memorial.

VO: Para concluir, fale um pouco do legado de Luiz Carlos Prestes, da sua herança para o Memorial que leva o seu nome?

LCPM: Bom, isso é uma obviedade!

Claro que o Memorial leva o nome do Prestes porque ele foi uma figura extraordinária na história do Brasil. E foi uma figura extraordinária por quê? Em primeiro lugar, uma característica do Prestes, pessoal do Prestes, foi a sua coerência e a sua dignidade pessoal. Essas são duas características que estão presentes no Prestes, quando ele era ainda tenente e trabalhava num quartel em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. Ele que viu a sujeira, as bandalheiras que havia nas construções que eram contratadas pelo quartel, e que se insurgiu contra isso. O que já quer dizer que essa primeira manifestação pública dele, digamos, foi produto da sua dignidade pessoal e da sua coerência. Ele não calou diante de atos que eram indignos para a administração pública. A partir daí ele se reuniu com vários outros líderes da política brasileira e iniciou a coluna, que foi um evento, uma epopeia, que até hoje não tem nenhum movimento no Brasil que se iguale ao movimento da Coluna, que percorreu 22.000 km, que andou pela Bolívia, etc. Naturalmente que o Memorial vai reproduzir essa epopeia, da maneira que pudermos materializar isso aí. Posteriormente, já em 1929/30, ele se alia com aquele grupo de que fazia parte o Getúlio e que estava se revoltando, digamos, contra o *establishment* que era dirigido, principalmente, pelo mineiro Artur Bernardes, que era um governo corrupto, extremamente violento e reacionário. E nesse momento ele foi convidado a ser candidato a presidente da república, e rejeitou. Disse que o problema dele não era ser presidente da república, na forma como aquele grupo queria e, sim, ele queria reformas básicas e sociais no Brasil, principalmente, contra o latifúndio e contra o capital estrangeiro, que eram as duas bandeiras mais predominante no início da atividade política dele, no que se tornou depois da coluna. Daí ele rejeitou e rompeu com essa gente. Depois tem a sua ida a Moscou, quando ele se torna comunista e entra para o partido, daí vem toda a sua história dentro do partido.